



Índice

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL	1
2. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO	2
3. ANÁLISE ORÇAMENTAL	24
3.1 ORÇAMENTO	24
3.1.1. Análise Sumária.....	24
3.1.2. Dados históricos	26
3.1.3. Receita.....	29
3.1.4. Despesa.....	35
3.1.5. Comparação entre Receitas e Despesas	47
3.2 GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	50
3.2.1 Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	50
3.2.2 Execução do Plano Atividades Municipais (PAM).....	52
3.3 INDICADORES ORÇAMENTAIS	55
4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	67
4.1 Estrutura do Imobilizado Líquido	67
4.2 Análise Económica.....	69
4.3 Análise Financeira.....	73
5. APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES	76
6. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	78
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	79



1. INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

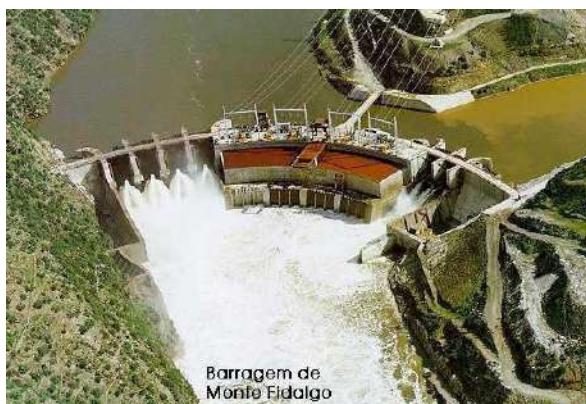
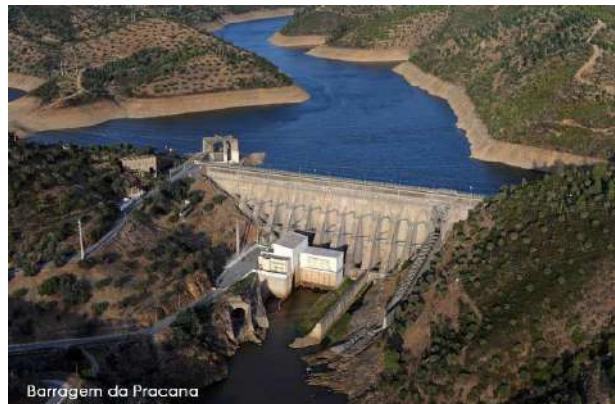
A Lei n.º 2/07, de 15 de janeiro, estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias. De acordo com os nºs 1 e 2 do artigo 3º deste diploma legal, o Município de Vila Velha de Ródão possui património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, tendo igualmente o poder de, em matéria de autonomia financeira, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contadas, conforme alínea b) no n.º 2 do art.º 3º da Lei das Finanças Locais.

Em conformidade com o disposto anteriormente, e com o estipulado nas considerações técnicas do POCAL, na Lei orgânica e processo do Tribunal de Contas e na alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, o executivo da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão apresenta, para apreciação, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de execução orçamental, os Anexos às demonstrações financeiras, o Relatório de Gestão e o Inventário do Património Municipal, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2012.



2. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

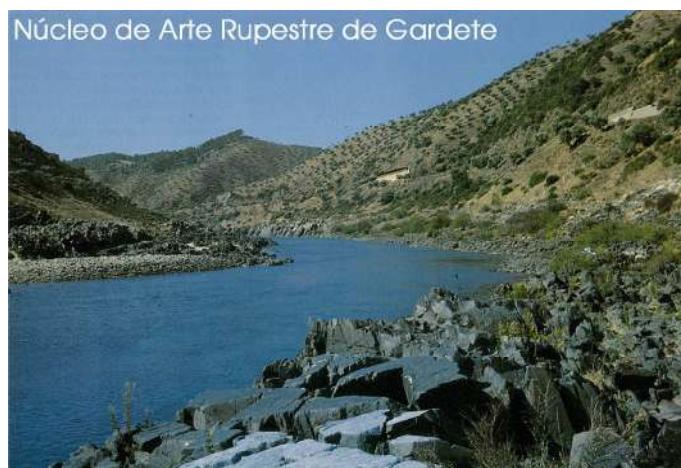
O município de Vila Velha de Ródão é um concelho que se destaca no interior raiano pela riqueza dos seus recursos naturais e culturais, com uma efetiva valorização impulsionada pelas estratégias desenvolvidas pela autarquia e outras instituições de poder local junto dos seus parceiros institucionais e diversas entidades públicas e privadas. Com três barragens, duas centrais de biomassa, um parque eólico que se pretende expandir, um alto potencial para aproveitamento da energia solar, um sector industrial na fileira do papel de peso significativo no PIB nacional, agro-indústrias que apostam nos produtos da região (queijo, enchidos, presuntos, azeite e mel) e uma extensão significativa de povoamentos florestais produtivos, o concelho pode efetivamente orgulhar-se da sua riqueza.







O concelho pode orgulhar-se também da sua geo-história (monumentos geológicos imponentes como as Portas de Ródão e Almourão, terraços antigos e dobras visíveis), além da sua história e pré-história - com destaque para a Arte Rupestre do Tejo - que marcaram o território com milhares de vestígios únicos na Península Ibérica e até na Europa.





A gastronomia de Ródão continua a ser muito divulgada a nível nacional e internacional pelos meios de comunicação e através das feiras e certames de cariz turístico, e é cada vez mais apreciada e procurada.

Produtos regionais do concelho de Vila Velha de Ródão – 2012:





A maior riqueza do concelho de Vila Velha de Ródão continua, no entanto, a ser a gente que nele habita e que dele usufrui, gente da Beira e de todo o país que aqui se fixou porque o território é convidativo e as condições criadas pela autarquia excelentes, como se deduz do lugar obtido por Vila Velha de Ródão no *ranking* distrital e nacional (ver quadro seguinte).

LUGAR	MUNICÍPIO	ICDES
41	Vila Velha de Ródão	44,869
50	Vila de Rei	42,779
55	Oleiros	41,569
81	Belmonte	39,303
91	Penamacor	38,3
95	Idanha-a-Nova	37,869
102	Castelo Branco	37,122
135	Sertã	34,323
181	Proença-a-Nova	31,335
202	Covilhã	29,941
238	Fundão	27,525

Fonte: Estudo *Os Municípios e a Qualidade de Vida* (2012), da responsabilidade do Observatório para o Desenvolvimento Social e Económico da Universidade da Beira Interior

Este estudo analisa a qualidade de vida nos 308 municípios portugueses e estabelece um ranking de Municípios, tendo em conta a sua qualidade de vida e o nível de desenvolvimento económico e social.

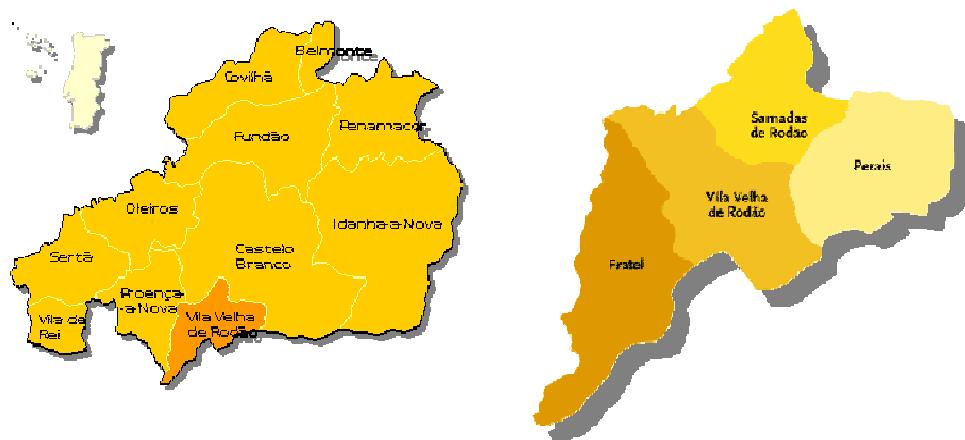
Analizados os 308 concelhos participantes neste estudo, Vila Velha de Ródão ocupa o 41º lugar, num resultado que é o top do distrito e da Beira Interior, seguido dos concelhos de Vila de Rei (50º lugar) e Oleiros (55º lugar). Esta terceira edição do estudo foi elaborada no último trimestre de 2012 e inclui 48 indicadores baseados em dados de 2010 do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Recorde-se que, segundo os estudos anteriores desta mesma entidade, a melhoria da qualidade de vida no concelho de Vila Velha de Ródão tem vindo a aumentar exponencialmente na última década, já que em 2007, o concelho encontrava-se na 209ª posição a nível nacional, em 2009 subiu para o lugar 122 e, em 2012, para a 41ª posição no ranking nacional.



Contextos e limites administrativos

O município de Vila Velha de Ródão é um concelho raiano do distrito de Castelo Branco, (NUT II - Região Centro; NUT III - Beira Interior Sul), com 3.521 habitantes (Censo 2011). Tem 42 localidades numa área de aproximadamente 330 Km², dividida por quatro freguesias: Fratel, Sarnadas de Ródão, Perais e Vila Velha de Ródão. É limitado a norte e leste pelo município de Castelo Branco, a sueste pela Espanha, a sul por Nisa e a oeste por Mação e Proença-a-Nova.



Área e População nas freguesias do concelho de Vila Velha de Ródão, 2011

FREGUESIAS	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO RESIDENTE (à data do Censo 2011 – INE)
FRATEL	97,84	608
PERAIS	81,95	510
SARNADAS DE RÓDÃO	59,68	637
VILA VELHA DE RÓDÃO	90,44	1.766
TOTAL	329,91	3.521



Acessibilidades

O concelho beneficia de uma boa rede viária, bem localizada em relação aos grandes centros ibéricos: dista 209 km de Lisboa, 318 km do Porto, 160 km de Cáceres e 489 km de Madrid.

A rede viária municipal perfaz um total de 102,8 Km e encontra-se dividida segundo o quadro seguinte, em:

CAMINHOS MUNICIPAIS	50,7 Km
ESTRADAS MUNICIPAIS	39,6 Km
ESTRADAS NACIONAIS DESANEXADAS	3,6 Km
CAMINHOS RURAIS	8,9 Km
TOTAL	102,8 Km

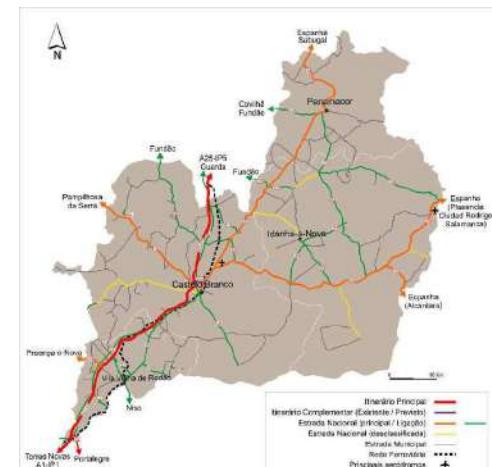
Rede viária do concelho de Vila Velha de Ródão

Fonte: DOUA – CMVVR – Junho 2011

O município é atravessado por um corredor traçado na diagonal ao território, em direção SW-NE, formado pela auto-estrada A23 e pela linha ferroviária da Beira Baixa; sendo a principal via de comunicação inter-regional e internacional da Beira Baixa, permite a ligação com o litoral Centro e Sul, através do nó da A23-A1 em Torres Novas e à Linha do Norte; com o Norte, através da ligação na Guarda A 23-A25 e o prolongamento do IP2 para Trás-os-Montes; com o país vizinho e o resto da Europa, através da ligação do IP5-A25 à fronteira de Vilar Formoso e a ligação ferroviária

A ligação à região do Alentejo, bem como à fronteira do Caia (Elvas) é estabelecida pelo IP2, que entronca com a A23 no nó de Gardete.

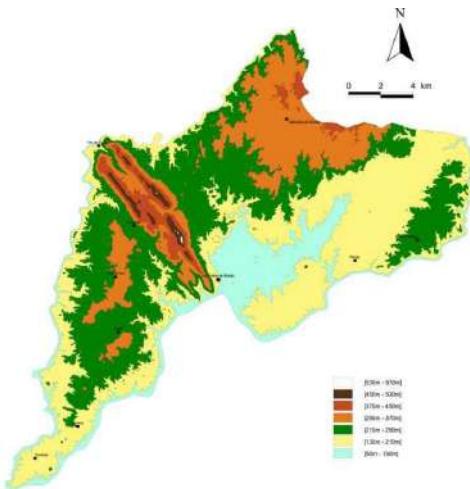
De referir também as estradas nacionais E.N. 18 e E.N. 241 – esta assegura, na direcção noroeste, acessibilidades ao Pinhal Interior Sul e a Pombal, Coimbra e Leiria, através do troço já existente do IC8.



Caracterização Biofísica

O relevo do concelho de Vila Velha de Ródão é dominado por uma cordilheira central, de orientação aproximada Norte-Sul dominada pela Serra das Talhadas e, também, pelos vales do rio Tejo (limite Sul), do rio Ocreza (limite Norte/Oeste) e do rio Ponsul (limite Este).

Os vales são, de modo geral, muito encaixados, com exceção do Tejo na zona de Vila Velha de Ródão.



Para poente da Serra o relevo é uniforme, caracterizando-se por um ondulado suave a moderado. Para nascente da Serra, observa-se duas zonas de vale amplo, uma associada às ribeiras de Açafal e do Lucriz e outra na envolvente a Alfrívida estendendo-se sensivelmente, até Vale de Pousadas e Perais. O restante território caracteriza-se por um relevo idêntico ao da área poente da cordilheira.

A altitude desta região varia entre os 50 metros (foz do Ocreza) e os 570 metros (Penedo Gordo, na serra do Perdigão, junto à aldeia do Gavião).

A nível climático, a região de Vila Velha de Ródão, apresenta um clima temperado moderado, caracterizado por uma temperatura média anual do ar de 15°C e amplitude de temperatura anual do ar entre os isotérmicos 13.5°C e 18.5°C. Relativamente à insolação, observa-se uma média anual de 2900 horas a nascente e de 2800 a poente do concelho. Os meses mais quentes são Julho e Agosto, variando a média entre 20°C e 25°C, respetivamente na zona mais a poente e mais a nascente, enquanto o mês mais frio é Janeiro (média de 7.5°C). No entanto, registam-se acentuadas amplitudes térmicas anuais que vão desde temperaturas negativas próximas dos -8°C e máximas que ultrapassam os 42°C. O mês mais chuvoso é, de modo geral, o mês de Dezembro, registando-se outras máximas eventuais em Novembro, Janeiro e, por vezes, Março/Abril. Julho e Agosto são os meses mais secos do ano, com precipitação quase nula.

O concelho pertence à bacia hidrográfica principal do rio Tejo. No entanto, analisando com maior pormenor à escala do concelho, observa-se a existência de sete bacias, designadamente rio Tejo, rio Ocreza, rio Ponsul, ribeira do Lucriz, ribeira do Açafal, rio Cobrão e ribeira de Alfrívida.

Para além dos cursos principais de água mencionados, salientam-se, ainda, pela expressão no território:

- a nascente da cordilheira central : ribeiro de Coxerro, ribeiro da Carapetosa, ribeiro de Vale Morgado, ribeiro do Prior, ribeiro de Tamujais, Ribeirão, ribeiro do Enxarrique;
- a poente da cordilheira central : ribeiro das Vilas Ruivas, ribeiro Ferrarias, ribeiro de Perdigão, ribeiro dos Castelos, ribeiro de Malaguarda, ribeiro do Maio, ribeiro de Micoca, ribeiro de Gardete.



Em termos geológicos, a região de Vila Velha de Ródão é, maioritariamente, constituída por Metassedimentos do Grupo das Beiras (formação anteriormente designada por Complexo Xisto-Grauváquico Ante-Ordovício), formando uma plataforma marcada pela erosão hídrica dos diversos cursos de água que atravessam o concelho, e por falhas de origem tectónica, sendo a mais representativa no concelho a denominada Falha do Ponsul, considerada uma falha ativa pelo que a região está sujeita a risco sísmico. Esta geologia determina a ocorrência de solos delgados ou esqueléticos, com reduzida espessura de matéria orgânica, podendo mesmo esta não existir em situações de elevado declive, verificando-se, então, afloramentos rochosos. O substrato pedológico apresenta, assim, escassa produtividade, condicionando o uso agrícola, com exceção das zonas de arcoses e terraços fluviais. A aptidão do solo é, por isso, maioritariamente florestal.



Flora

Segundo a Carta Biogeográfica de Portugal (Costa et al., 1998), o concelho de Vila Velha de Ródão localiza-se no Superdistrito Cacerense, cuja vegetação climatófila pertence à série do azinhal Pyro bourgaenae-Quercetum rotundifoliae. A vegetação da região é característica da flora mediterrânea, com reduzida diversidade ao nível do coberto arbóreo devido aos condicionantes ambientais, como a presença da Serra e à escassa capacidade de retenção de águas nas zonas mais rochosas e, também, devido à dominante ocupação florestal do território por eucalipto e pinheiro bravo.

Para além das áreas de pinhal e eucaliptal, o coberto arbóreo é dominado por sobreiros (*Quercus suber*), azinheiras (*Quercus rotundifolia*) e oliveiras (*Olea europaea*). Nos estratos herbáceo e arbustivo, observou-se a presença de folhado (*Viburnun tinus*), sanguinho das sebes (*Rhamnus alaternus*), aroeira (*Pistacia lentiscus*),





alecrim (*Rosmarinus officinalis*), murta (*Myrtus communis*), urze (*Erica* sp.), medronheiro (*Arbutus unedo*), esteva (*Cistus* sp.), entre outras espécies. Note-se que este tipo de coberto com matos rasteiros, quando dominado por estevais e cistáceas característicos das fases pioneiras pós-incêndios florestais, apresenta elevado poder combustível, contribuindo para um efeito de feed-back negativo no equilíbrio desta paisagem.

Ao nível das espécies ripícolas, destacam-se: amieiro (*Alnus glutinosa*), choupo branco (*Populus alba*), choupo negro (*Populus nigra*), freixo (*Fraxinus angustifolia*), salgueiro-branco (*Salix alba*), assinalando-se ainda a ocorrência de espécies herbáceas típicas de zonas alagadas como caniços (*Phragmites australis*) e lírios amarelos dos pântanos (*Iris pseudacorus*).

Os matos de esteva dominam nas cotas imediatamente superiores às zonas húmidas, manifestando a sua presença uma degradação dos solos, em resultado do abandono do uso agrícola. Nas zonas mais cimeiras da Serra verifica-se a presença de *Juniperus oxycedrus* L., espécie com distribuição reduzida e endemismo da Península Ibérica, em resultado das eras glaciares. Este tipo de zimbral ocorre, fundamentalmente, nas serras do interior do país, encontrando em Vila Velha de Ródão o limite sul da sua ocorrência.

De acordo com os estudos efetuados para a Classificação de Monumento Natural das Portas do Ródão ocorrem 10 habitats da Rede Natura 2000, dois dos quais prioritários (Quadro seguinte).

Habitats da Rede Natura 2000 na zona das Portas de Rodão

Código	Habitats de Interesse Comunitário
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
4030	Charnecas secas europeias
5210	Matagais arborescentes de <i>Juniperus</i> spp.
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos (medronhais, carrasais e giestais)
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas das ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>
8220	Vertentes rochosas silciosas com vegetação casmófita
8230	Rochas silciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Sclerantion</i> ou da <i>Sedo albi-Veronicum dillenii</i>
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>

Fonte: Associação de Estudos do Alto Tejo

Fauna

A avifauna da região apresenta especial interesse, levando à classificação de Important Bird Area (IBA) de “Portas de Ródão e do Vale Mourão”, estatuto que reconhece internacionalmente a importância das aves presentes no concelho.



Nidificam na área espécies raras e ameaçadas como a cegonha-preta (*Ciconia nigra*), o bufo-real (*Bubo bubo*), a águia perdigueira (*Hieraetus gallicus*), o abutre do Egito (*Neophron percnopterus*) e o milhafre preto (*Milvus migrans*). As outras são aves rupícolas, que formam uma comunidade de elevada importância.

Destaca-se a colónia de grifos (*Gyps fulvus*) espécie com categoria Quase Ameaçada segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados, que nidifica, sobretudo, nas escarpas envolventes às Portas de Ródão, mas também, na crista quartzítica da Serra das Talhadas. É a maior colónia desta espécie em Portugal, tendo sido contabilizados, em 2006 e 2007, 32 casais.



Das mais de 100 espécies de avifauna identificadas, destacam-se, as enunciadas no quadro seguinte, atendendo ao seu estatuto do Livro Vermelho dos Vertebrados.

Espécies de Avifauna em risco

Nome científico	Nome comum	Estatuto do Livro Vermelho
<i>Gyps rueppellii</i>	Grifo-pedrêz	Em perigo
<i>Neophron percnopterus</i>	Britango	Em perigo
<i>Aegypius monachus</i>	Abutre-preto	Em perigo
<i>Circaetus gallicus</i>	Águia-cobreira	Quase ameaçada
<i>Circus pygargus r</i>	Águia-caçadeira	Em perigo
<i>Oenanthe leucura</i>	Chasco-preto	Criticamente em perigo
<i>Hieraetus pennatus</i>	Águia-calçada	Quase ameaçada
<i>Hieraetus fasciatus</i>	Águia de Bonelli	Em perigo
<i>Aquila adalberti</i>	Águia-imperial	Criticamente em perigo
<i>Prunella collaris</i>	Ferreirinha-serrana	Quase ameaçada

Fonte: Associação de Estudos do Alto Tejo



História

Pré-História

O concelho de Vila Velha de Ródão é ocupado pelo homem desde a pré-história. Os vestígios mais antigos da região de Ródão (500 mil a 100 mil anos) situam-se no Paleolítico Inferior, o período mais antigo da pré-história do Homem, num local chamado Monte Famaco, dando origem a uma das mais importantes estações arqueológicas desta época em Portugal. Do período Paleolítico Médio-Superior destaca-se a estação arqueológica da Foz de Enxarrique, sítio de acampamentos pré-históricos situado nas margens da confluência da ribeira de Enxarrique com o rio Tejo.

A presença de Arte Rupestre no concelho é relevante. Os investigadores dividem-se quanto à exata datação do Complexo de Arte Rupestre: para uns, as gravuras encerravam um ciclo artístico com fases sucessivas que vai desde o Epipaleolítico até à Idade do Bronze; para outros, as gravuras circunscreviam-se a um só contexto cultural correspondente ao tempo dos agricultores e pastores neolíticos. Trata-se de um dos mais importantes conjuntos de arte pós-paleolítico da Europa, constituído por mais de 30.000 gravuras dispersas ao longo de 40 Km de ambas as margens do rio Tejo e de alguns dos seus afluentes (Ocreza e Sever). As gravuras, executadas na sua quase totalidade por picotagem, datam de um período que medeia entre 6.500 a.C. e 2500 a.C. e representam símbolos geométricos, astrais, zoomórficos e antropomórficos. Atualmente 90% das gravuras encontram-se submersas pelas águas da albufeira de Fratel, sendo visíveis apenas em três núcleos: S. Simão, Gardete e Ocreza.



Época histórica

Na região de Ródão encontram-se também inúmeros vestígios romanos, como se comprova pela quantidade de sítios desta época na Carta Arqueológica do concelho. As quatro estações



mais importantes, para além da barragem em terra e da Represa da Lameira, em Perais, são a da Revelada, a da Fonte dos Piolhos, a do Açaafal e do Salgeiral, que se encontram por escavar e estudar.

O concelho de Vila Velha de Ródão é dos mais escassos em documentação histórica devido a dois acontecimentos ocorridos entre 1840 e 1900: o incêndio dos Paços do Concelho (em 1846), onde existia uma documentação rica do passado de Ródão e a extinção do Concelho, entre 1896 e 1898, com a consecutiva retirada de documentos para o arquivo Distrital.

O Foral da Covilhã (ano de 1186) é o documento mais antigo mencionando a região de Ródão. Este foral, concedido pelo rei D. Sancho I, refere a região das Portas de Ródão como o limite sul daquele concelho e a necessidade de estabilizar as fronteiras e desenvolver economicamente uma área tão escassamente povoada.

Em 1199, este monarca concedeu a região da Açafa ao Mestre do Templo, D. Lopo Fernandes, em paga dos bons serviços prestados pelos Templários, conferindo-lhe a obrigação de construir um castelo para defesa do Tejo. O Castelo de Ródão, exemplar da arquitetura medieval, foi construído no século XI/XII, pelos Templários, provavelmente sobre preexistências castrejas edificadas pelo lendário monarca visigodo Vamba (século VII) e serviu de proteção da linha do Tejo, mais precisamente às Portas de Ródão. O conjunto é formado por um recinto muralhado de traçado ovalado irregular, com torre de vigia de planta retangular, em quartzito com cunhais em granito, com uma abertura no alçado principal ao nível do segundo piso, em arco quebrado com tímpano liso, e seteiras nos restantes alçados. A abertura com a Cruz da Ordem dos Templos esculpida e a diminuição da espessura murária em função da altura, são características peculiares.

A Herdade da Açafa era uma vastidão de terras a confrontar com o termo da Idanha, já em posse dos Templários, indo de lá até ao ribeiro de Figueiró e rio Ocreza, com passagem por Vila Velha de Ródão. Eis os termos da doação: "... *Partitur enim ultra Tagum per Focem de Figueyroo, quomodo intrat in Tagum, deinde intrat ad rostrum de Merlica et vadit ad Mongaret deinde ad Cimalias de Aqua de Vida, deinde ad Castellum de Terrom quomodo vadit ad Monasterium de Palantri deinde ad semederium de Benfayam, deinde ad Portum de Mola de Salor, quomodo vertuntur aquae de Tagum*".

Faltam-nos documentos que acompanhem a evolução jurídico-administrativa do território da Açafa, a partir daquela doação e da sua transformação no concelho de Vila Velha de Ródão. A existência do pelourinho manuelino confirma, no entanto, a autonomia municipal que, seguramente, esta vila conquistou posteriormente ao século XIII. A sua área era de grande importância como ponto estratégico na delimitação das fronteiras cristãs face aos muçulmanos e na garantia da liberdade de navegação do Tejo, empresa atribuída aos Templários, assim como para o povoamento da região da Beira. No "Numeramento do Reino" de 1527, não nos aparecem indicações sobre o número de habitantes de Vila Velha de



Ródão, apesar de se lhe fazer referência como limite das comarcas da Beira e de Entre-Tejo e Guadiana.



Em 1708, o concelho tinha um total de 560 fogos e compreendia já as mesmas 4 freguesias de hoje - Vila Velha de Ródão, Alfrívida (atualmente Perais), Sarnadas de Ródão e Fratel. A Vila era "vigararia" da Ordem de Cristo, comenda do conde de Atouguia e contava apenas 160 fogos.

Foram, no entanto, as características geoestratégicas do local que ligaram Vila Velha de Ródão a marcantes acontecimentos da História de Portugal, tornando-a cenário de várias lutas, que se sucederam através dos tempos. É sobejamente referenciada a Guerra da Sucessão de Espanha (1704) travada pelas tropas portuguesas colocadas nas Portas do Ródão e a marcha sobre Lisboa do Duque de Berwick que passou pelo espaço rodanense.

Foi, ainda, palco da Guerra dos Sete Anos (1762), quando o Conde de Lippe, seguindo ordens do Marquês de Pombal, travou a marcha do Conde Aranda. Para além da estratégica posição de defesa, a importância do concelho também lhe advinha do facto de ser Porto do Tejo, um local de passagem comercial e pastoril que esteve na base do desenvolvimento das regiões da Beira Baixa e do Alentejo.

Além do forte impacto na geomorfologia da região, o Tejo assumiu durante milhares de anos grande relevância para a ocupação humana deste território. A travessia no Tejo era feita através de barcos à vela apoiados por caminhos de sirga. Durante a dominação filipina a navegação fluvial no Tejo terá mesmo chegado até Toledo. O transporte fluvial foi destronado com a construção da ponte metálica (em 1888) e pelo transporte ferroviário, com a construção da linha da Beira Baixa (edificado entre 1885-93), que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento deste concelho, comprovado pelo aumento da sua população, que se verificou até meados do século passado.

Todavia, desde a sua criação, Vila Velha de Ródão não foi sempre concelho. Em resultado da revolução liberal, em 1835, procedeu-se à extinção de um grande número de concelhos, sendo o município de Vila Velha de Ródão extinto pelo decreto de 6 de Novembro de 1836. Em 1842, pelo código administrativo de 18 de Março, viria a ser restaurado como concelho.

Por pouco tempo porém, pois o decreto de 7 de Setembro de 1895 reduziu a oito os concelhos do Distrito de Castelo Branco, fazendo de novo desaparecer o de Ródão. Perante o grande descontentamento da população local, que se manifestava duramente na imprensa local contra esta nova supressão, o concelho foi instaurado de novo, e desta feita definitivamente, em 13 de Janeiro de 1898. A satisfação desta autonomia reconquistada foi de tal forma sentida que, nessa data e durante muitos anos, foi celebrado o Feriado Municipal, que atualmente ocorre na segunda-feira posterior ao quarto Domingo de Agosto.



População

Segundo os resultados do Censo 2011, o número de habitantes do concelho de Vila Velha de Ródão era de 3.521 à data do censo. De acordo com as estimativas do INE, o cenário de crescimento demográfico não será contemplado para a Beira Interior Sul. No entanto as previsões apontam para uma estabilização da população em torno dos valores atuais.

O concelho de Vila Velha de Ródão regista também um tendencial envelhecimento da sua população, uma vez que a taxa de natalidade acompanha a taxa nacional, e o número de 202 crianças com idade inferior a 12 anos, numa população de 3.521 habitantes, faz uma pirâmide etária invertida, sem renovação das faixas adulta e sénior.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal	População residente com 12 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal	População residente até 12 anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal
			Total
			N.º
Vila Velha de Ródão (concelho)	3521	3319	202
Fratel	608	580	28
Perais	510	498	12
Sarnadas de Ródão	637	596	41
Vila Velha de Ródão	1766	1645	121

Dados extraídos em 20 de Março de 2013 (18:34:41) Fonte: <http://www.ine.pt>

A evolução dos efetivos populacionais e a sua distribuição por grupos etários no concelho de Vila Velha de Ródão acompanham estruturalmente a região em que o concelho se insere embora, em termos gerais, este seja substancialmente o mais idoso da Beira Interior Sul.

Economia e Emprego

O emprego no concelho de Vila Velha de Ródão mantém-se concentrado em torno de três sectores principais: as indústrias transformadoras, o comércio por grosso e a retalho, e outras atividades e serviços. Os estabelecimentos, por seu lado, distribuem-se, em ordem decrescente, pelas seguintes atividades: comércio, indústrias transformadoras e agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.

A terciarização do emprego é um facto na maioria dos concelhos do Interior do país e Vila Velha de Ródão, apesar da atividade industrial, não é exceção.



As tabelas abaixo registam o desemprego e respetiva composição observados no concelho assim como nos outros concelhos da BIS. Em 2011, em Vila Velha de Ródão, a taxa de desemprego era de 8,3%

Tabela 14. Desemprego registado.

	Jan-11	Jul-11	Jan-12	Jul-12
Idanha-a-Nova	385	329	406	442
Penamacor	161	106	169	187
Vila Velha de Rodão	89	79	91	120
Castelo Branco	2859	2538	3017	3574
Beira Interior Sul	3494	3052	3683	4323

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional. Desemprego registado por concelho - Estatísticas mensais.

Tabela 15. Composição do desemprego registado. Situação em Julho de 2012.

	Homens	Mulheres	Tempo de inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
			<1 ano	>1 ano	1º emprego	Novo emprego	
Idanha-a-Nova	210	232	237	205	65	377	442
Penamacor	80	107	130	57	26	161	187
Vila Velha de Rodão	57	63	73	47	10	110	120
Castelo Branco	1632	1942	2333	1241	293	3281	3574
Beira Interior Sul	1979	2344	2773	1550	394	3929	4323

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional (2012)

“Desemprego registado por concelho - Estatísticas mensais – Julho 2012”.

O tecido empresarial de Vila Velha de Ródão é formado, maioritariamente, por pequenas empresas, tal como acontece, de um modo geral, no resto do país, mas destaca-se aqui a criação da “fileira do papel” que se tem vindo a reforçar no concelho. A Celtejo, produtora de pasta de papel e detentora de uma unidade de co-geração, continua a ser o maior empregador industrial da região, tendo-se consolidado o funcionamento da mais recente unidade fabril de papel tissue, a AMS Goma-Camps.

Ação Social e Educação

O concelho de Vila Velha de Ródão possui uma rede satisfatória de equipamentos e serviços de apoio social às crianças e aos idosos.

No concelho, existem duas creches, uma em Vila Velha de Ródão, da Santa Casa da Misericórdia e outra em Fratel, propriedade da Sociedade Filarmónica Fratelense. Estima-se que a taxa de cobertura da valência creche possa ser superior a 60%, bastante acima do que eram os objetivos a atingir a nível nacional pela Administração Central para 2010, que era uma taxa de 33%.



Em Abril de 2012 foi instalada no concelho a Comissão de Promoção e Proteção de Idosos, e continua em funcionamento a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, constituída por 12 representantes dos Serviços e Instituições do município.

O apoio aos idosos é mais consistente e amplo pois as pessoas com mais de 65 anos representam cerca de 1/3 da população total.

Existem 4 lares (2 dos quais privados), 5 Centros de Dia e o Apoio Domiciliário é prestado por três instituições e estende-se a todo o concelho. Todas as freguesias têm pelo menos uma instituição que presta este tipo de apoio.

Em termos quantitativos, o concelho de Vila Velha de Ródão está bem dotado de equipamentos de saúde. Possui um Centro de Saúde na sede concelhia e uma Extensão de Saúde em cada uma das restantes sedes de freguesia.

Na área da educação, a tabela seguinte (INE) regista o número de alunos inscritos nos vários níveis de ensino para os quatro concelhos da BIS, ressalvando o facto de os alunos do ensino secundário se encontrarem a frequentar as escolas de Castelo Branco e Nisa (ensino profissional) :

Tabela 10. Número de alunos por nível de ensino. NUTS III Beira Interior Sul. Valores de 2010/11

Concelho	Pré-escolar	Ensino Básico			Secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Total sub-região	1669	2560	1474	3173	3453
Castelo Branco	1346	2098	1221	2643	3063
Idanha-a-Nova	202	275	134	332	306
Penamacor	75	126	81	137	84
Vila Velha de Ródão	46	160	38	61	0

Fonte: INE, informação retirada de Datacentro.

Em toda a BIS, o concelho de Vila Velha de Ródão destaca-se, pois não obstante constituir um dos concelhos com menores população e densidade populacional, apresenta, neste indicador, níveis melhores do que a média.

Tabela 11. Taxa de retenção e desistência. Valores de 2010/11

Concelho	Ensino Básico			Secundário
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Total sub-região	3	6,9	13,3	18,4
Castelo Branco	2,1	6,4	12,1	17,5
Idanha-a-Nova	9,5	12,8	23,5	23,5
Penamacor	4	7,4	16,7	25,6
Vila Velha de Ródão	1,6	2,6	6,6	0

Fonte: INE, informação retirada de Datacentro.



Cultura e Desporto

A cultura continua a ser um dos domínios fortes do investimento e aposta da autarquia com uma oferta cultural diversificada e diferenciadora. São de destacar alguns exemplos, nomeadamente o Complexo Cultural que integra a Casa de Artes e Cultura do Tejo e a Biblioteca Municipal José Baptista Martins, o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, a Associação de Estudos do Alto Tejo, o Centro Interpretativo da Foz do Cobrão, o Espaço Museológico do Azeite de Sarnadas, o Centro de Interpretação de Arte Rupestre do Vale do Tejo, o Centro de Formação Artística Manuel Cargaleiro, bem como o Lagar de Varas, 16 salões de festas e 36 Associações Culturais, Recreativas e Desportivas, e vários percursos pedestres de carácter cultural.

Na Casa de Artes e Cultura do Tejo, a autarquia continua a promover um programa de atividades culturais diversificado, com a realização de exposições temporárias de escultura, pintura e fotografia, espetáculos de teatro, dança, música, projeção de cinema, seminários, conferências e promoção de ateliers e cursos de formação orientados para diferentes públicos.

A dotação de equipamentos desportivos no concelho de Vila Velha de Ródão é altamente satisfatória quando avaliada do ponto de vista dos seus potenciais utilizadores, na medida em que cada habitante tem em média 4,7m² de superfície desportiva útil, dimensão que ultrapassa o valor de 4m² recomendado pelas normas oficiais.

Contam-se 15 instalações desportivas em funcionamento/manutenção no município de Vila Velha de Ródão, as quais se distribuem de acordo com as seguintes tipologias: 10 Pequenos Campos de Jogos (inclui os courts de ténis municipais, campo da EB1,2,3, e polidesportivos), 1 Grande Campo de Jogos (o Estádio Municipal), 2 complexos de Piscinas Municipais (Vila Velha de Ródão e Fratel), 2 Pavilhões/salas de desporto polivalentes (o ginásio no estádio municipal e o gimnodesportivo da EB1,2,3).

Em Vila Velha de Ródão, funcionam em permanência uma Escola de Ténis e uma Escola de Futebol, além da prática de várias atividades desportivas ligadas a celebrações, torneios ou competições como o atletismo, o voleibol, o futebol juvenil, o futsal, a canoagem ou o ciclismo em BTT. Complementarmente o concelho possui outros espaços de recreio e lazer, também alternativos para a prática desportiva, mais informal, mas tão ou mais importante, sobretudo para a população sénior (p. ex. campo de jogos tradicionais ou parque de manutenção).





Turismo

O turismo assume-se hoje como um dos sectores mais importantes e com maior crescimento da economia mundial. Apesar dos períodos de crise económica e financeira, as projeções para a evolução do sector continuam a ser otimistas, prevendo-se que ele se expanda a novos territórios e continue a apresentar uma dinâmica superior à da economia mundial, com uma taxa de crescimento média anual de 6,2%.

Em 2012, a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão concretizou três grandes projetos no âmbito do Turismo Cultural:

- A Requalificação do Lagar de Varas e sua envolvente,
- O Centro de Formação Artística Manuel Cargaleiro,
- O Centro de Interpretação da Arte Rupestre do Tejo.



O Lagar de Varas e o Centro de Formação Artística Manuel Cargaleiro foram inaugurados em Junho de 2012, na Feira de Atividades Económicas de Vila Velha de Ródão, apadrinhados pelo pintor e mestre Cargaleiro. Os conteúdos expositivos e suportes informativos contando com o conhecimento especializado do museólogo António Nabais.

O Centro de Interpretação da Arte Rupestre do Tejo, inaugurado em Setembro de 2012, foi concebido pelo atual diretor do Museu do Côa e especialista em Arte Rupestre, António Martinho Baptista, contando com a colaboração da designer Cristina Dordio. Assegura a sua divulgação na internet, através de um site criado para o efeito: www.tejo-rupestre.com.



Lagar de Varas e Centro de Formação Artística Manuel Cargaleiro – 2012:





Centro de Interpretação da Arte Rupestre do Tejo – 2012:





O Monumento Natural das Portas de Ródão mantém-se um excelente polo de atração turística, continuamente divulgado na internet e nos meios de comunicação social.

O maior impacto do ano de 2012 foi atingido com o programa televisivo “Portugal no Coração”, emitido em direto de Vila Velha de Ródão e visionado em todo o mundo através da RTP Internacional. O programa promoveu o melhor do património paisagístico e cultural do concelho, focando vários temas como natureza, avifauna, arqueologia, arte rupestre, música, artesanato, gastronomia, produtos regionais e empresas.



Vila Velha de Ródão na RTP "Portugal no Coração" - 2012

Continuam, assim, a ser quatro os vetores-âncoras do “sistema turístico” concelhio: Ambiente/Natureza (Turismo de Natureza), Património arqueológico, construído e etnográfico (Turismo Cultural), Ofícios Tradicionais associados à trapologia, tecelagem e bordados, e Gastronomia.

A autarquia continua a estabelecer diversas parcerias para promoção turística da região, em particular com o Turismo do

Centro, a Naturtejo, o operador turístico Incentivos Outdoor, a CP, o INATEL e o Instituto Português da Juventude.

Há ainda a destacar um vasto conjunto de intenções e projetos que o município iniciou e pretende concretizar em 2013 na área do Turismo:

- Valorização dos espaços envolventes ao Cais de Ródão – 1^a fase : Bar do Cais; 2^a fase : Passeio Pedonal e Ponte sobre o Enxarrique
- Valorização do Sítio Arqueológico da Foz do Enxarrique
- Proposta de Classificação das Portas do Almourão como Monumento Natural
- Promoção de itinerários e roteiros turísticos
- Preservação do património industrial (Preservação de lagares, adegas típicas e os moinhos de águas da Foz do Cobrão - alguns já em curso - e desenvolvimento do turismo ligado às fileiras industriais e agroindustriais
- Criação e homologação de novos percursos pedestres (Pequenas Rotas – PR's)
- Projeto “Terras de Oiro”





3. ANÁLISE ORÇAMENTAL

3.1 ORÇAMENTO

3.1.1. Análise Sumária

Este capítulo tem como finalidade analisar os elementos relativos à execução orçamental de 2012, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais rubricas.

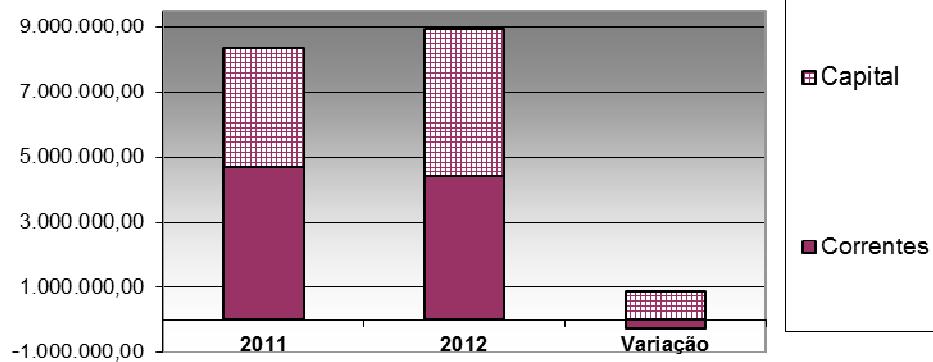
Assim, são de realçar os seguintes aspetos:

RECEITAS

As receitas totalizaram € **8.946.596,04**, tendo atingido as receitas de natureza corrente o valor de € 4.386.763,50 (49,03%), as de capital o valor de € **4.518.815,41** (50,51%) e as outras receitas o valor de € 41.017,13 (0,46%), que por respeitarem a reposições não abatidas nos pagamentos de natureza corrente serão acrescidas às receitas de natureza corrente, totalizando assim as *receitas correntes* € **4.427.780,63** (49,49%) .

Designação	2011	2012	Variação	
			Valor	%
Receitas Correntes	4.706.280,45	4.427.780,63	-278.499,82	-5,92
Receitas de Capital	3.637.945,69	4.518.815,41	880.869,72	24,21
Total	8.344.226,14	8.946.596,04	602.369,90	7,22

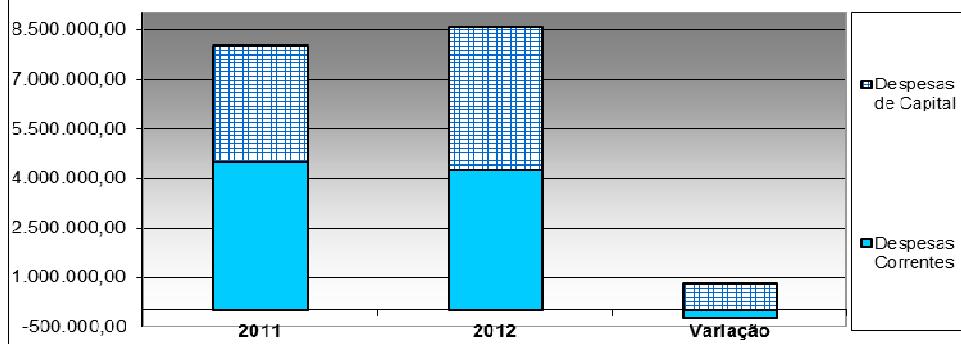
Comparativamente ao ano transato, observa-se um acréscimo das receitas em cerca de 602 mil euros (7,22%), facto que se deve ao aumento das receitas de capital, em cerca de 881 mil euros (24,21%), resultante do acréscimo significativo registado nas transferências das sociedades não financeira (EDP Produção), que aumentaram globalmente cerca de 993 mil euros, tendo mesmo as transferências comunitárias e o FEF de capital reduzido, assim como como as Venda de Bens de Investimento, que sofreram um decréscimo em cerca de 163 mil euros. As receitas correntes sofreram um decréscimo em cerca de 278 mil euros (5,92%), tendo contribuído para esta situação o decréscimo generalizado de todas as receitas próprias da autarquia, constatando-se um aumento nas transferências correntes em cerca de 131 mil euros.

**Comparação da Receita****DESPESAS**

As despesas totalizaram € **8.626.081,12**, sendo constituídas por despesas de natureza corrente de € 4.257.026,11 (49,35%) e de despesas de capital de € 4.369.055,01 (50,65%).

Designação	2011	2012	Variação	
			Valor	%
Despesas Correntes	4.482.605,24	4.257.026,11	-225.579,13	-5,03
Despesas de Capital	3.560.306,92	4.369.055,01	808.748,09	22,72
Total	8.042.912,16	8.626.081,12	583.168,96	7,25

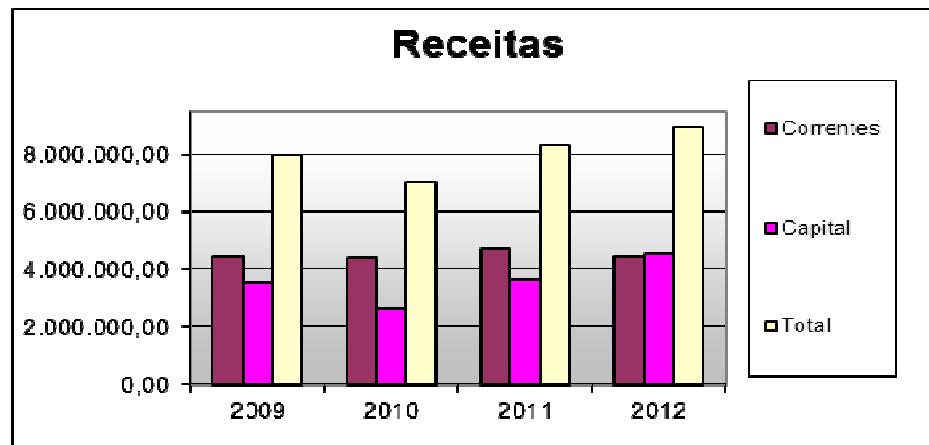
Em relação ao ano transato, e à semelhança do comportamento da receita, observa-se também um acréscimo das despesas em cerca de 583 mil euros (7,25%), como resultado do aumento significativo das despesas de capital, que sofreram um acréscimo em cerca de cerca de 809 mil euros (22,72%), consequência do aumento da despesa com a aquisição de bens de capital que cresceu cerca de 952 mil euros. As despesas correntes sofreram um decréscimo em cerca de 226 mil euros (5,03%), tendo contribuído para esta situação a descida das duas rubricas com maior peso nas despesas desta natureza, as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços.

Comparação da Despesa

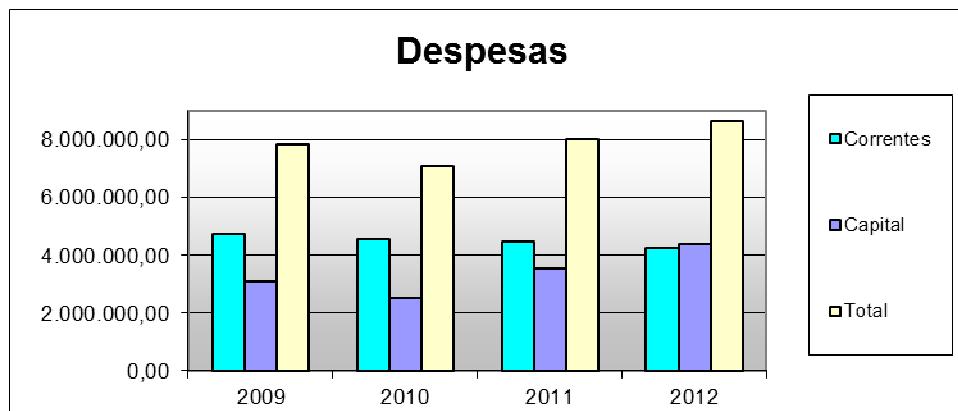


3.1.2. Dados históricos

Receitas	2009	2010	2011	2012
Correntes	4.448.633,23	4.385.771,21	4.706.280,45	4.427.780,63
Capital	3.539.972,27	2.627.022,47	3.637.945,69	4.518.815,41
Total	7.988.605,50	7.012.793,68	8.344.226,14	8.946.596,04



Despesas	2009	2010	2011	2012
Correntes	4.720.774,76	4.546.055,63	4.482.605,24	4.257.026,11
Capital	3.111.543,73	2.539.894,16	3.560.306,92	4.369.055,01
Total	7.832.318,49	7.085.949,79	8.042.912,16	8.626.081,12



De um modo geral, as **receitas** totais mantêm a tendência crescente dos últimos anos, registando um acréscimo de 7,22%, devendo-se este essencialmente ao acréscimo das receitas de capital, em cerca de 24,21% face ao ano transato, tendo mesmo as receitas correntes registado um decréscimo significativo de 5,92%. Também as **despesas** totais mantêm a tendência de aumento dos últimos anos, tendo-se mesmo registado um acréscimo de 7,25% em relação a 2011. À semelhança da receita, para esta situação contribuiu o acréscimo das despesas de capital em 22,72%, tendo as despesas correntes sofrido uma redução de 5,03%.



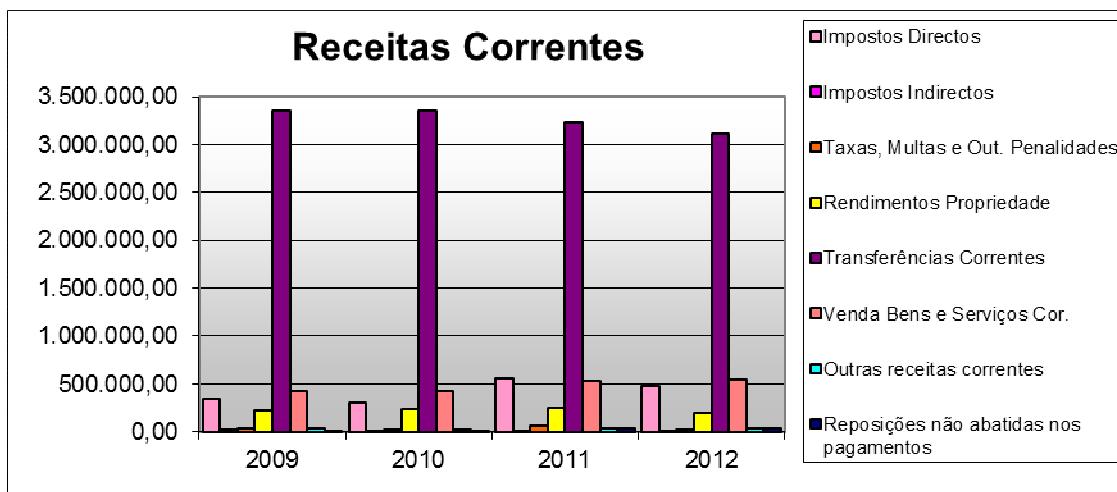
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

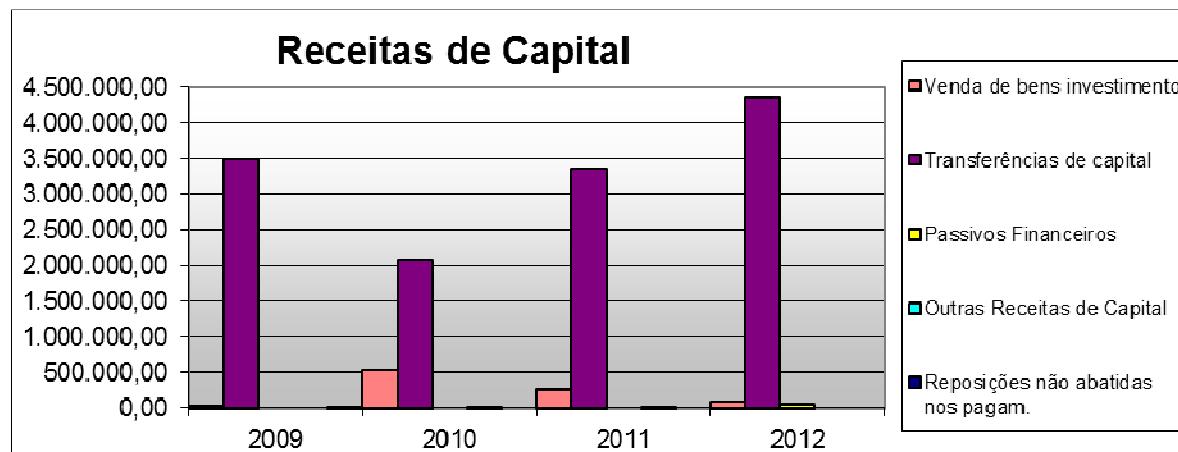
Exercício 2012



Receitas Correntes	2009	2010	2011	2012
Impostos Diretos	346.959,56	305.237,53	554.091,65	473.221,83
Impostos Indiretos	15.951,45	13.919,07	11.677,60	8.109,96
Taxas, Multas e Out. Penalidades	30.220,62	25.309,05	58.964,27	23.195,18
Rendimentos de Propriedade	229.264,12	232.011,40	245.629,80	201.772,12
Transferências Correntes	3.358.835,75	3.354.242,19	3.236.806,05	3.105.595,10
Venda de Bens e Serviços Correntes	422.497,23	426.917,30	528.787,77	542.802,92
Outras Receitas Correntes	39.819,19	24.660,50	40.802,56	32.066,39
Reposições não abatidas pagamentos	5.085,31	3.474,17	29.520,75	41.017,13
Total Receitas Correntes	4.448.633,23	4.385.771,21	4.706.280,45	4.427.780,63



Receitas Capital	2009	2010	2011	2012
Vendas de Bens de Investimento	40.766,80	545.273,76	265.883,50	102.926,00
Transferências de Capital	3.497.205,44	2.074.030,34	3.364.550,39	4.357.662,19
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Capital	0,00	7.718,37	7.511,80	58.227,22
Reposições não abatidas pagamentos	2.000,03	0,00	0,00	
Total Receitas Capital	3.539.972,27	2.627.022,47	3.637.945,69	4.518.815,41





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

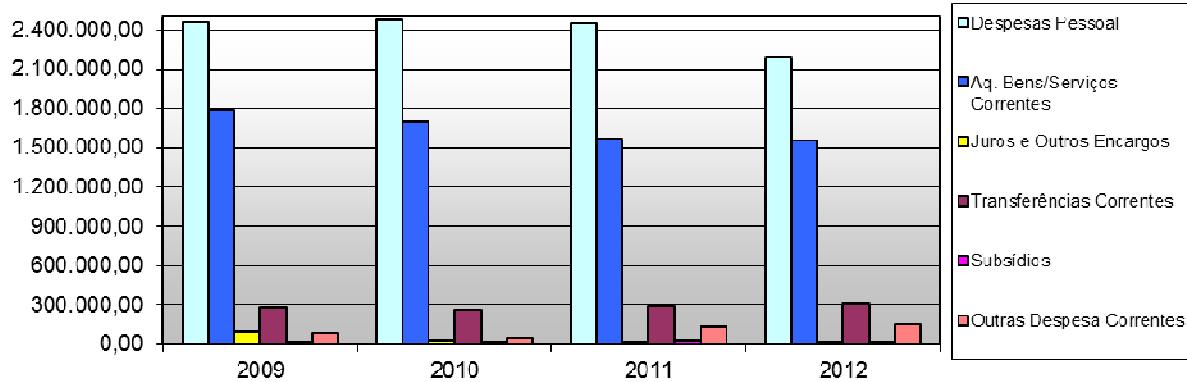
Relatório de Gestão

Exercício 2012



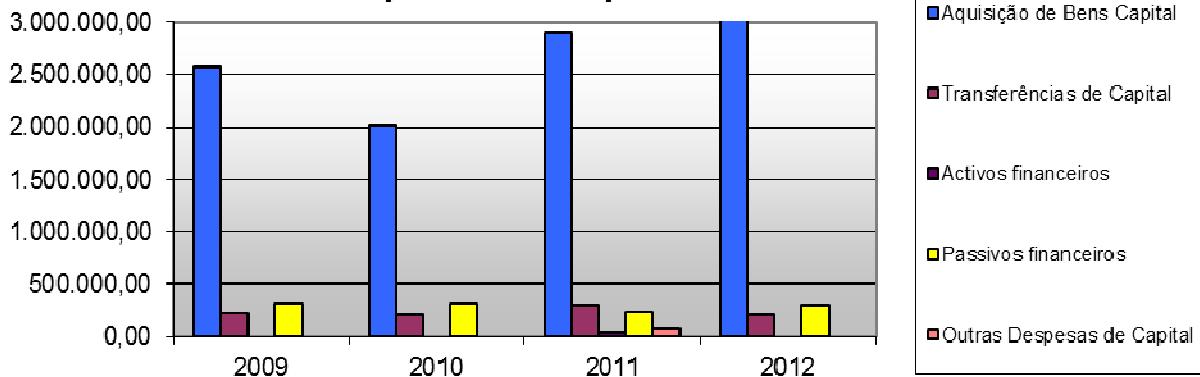
Despesas Correntes	2009	2010	2011	2012
Despesas com Pessoal	2.454.406,56	2.473.508,90	2.446.284,25	2.188.804,20
Aquisição de Bens e Serviços	1.785.108,73	1.701.812,74	1.565.587,37	1.554.293,79
Juros e Outros Encargos	90.216,40	34.490,16	22.307,33	24.096,50
Transferências Correntes	278.189,07	262.792,84	286.116,59	306.909,34
Subsídios	24.543,75	24.537,50	27.831,60	25.600,30
Outras Despesas Correntes	88.310,25	48.913,49	134.478,10	157.321,98
Total Despesas Correntes	4.720.774,76	4.546.055,63	4.482.605,24	4.257.026,11

Despesas Correntes



Despesas Capital	2009	2010	2011	2012
Aquisição de Bens de Capital	2.581.879,13	2.012.784,54	2.902.761,76	3.854.766,96
Transferências de Capital	218.531,45	205.948,45	296.648,61	207.080,29
Ativos Financeiros	0,00	0,00	38.380,00	0,00
Passivos Financeiros	311.133,15	321.161,17	239.741,85	307.207,76
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	82.774,70	0,00
Total Despesas Capital	3.111.543,73	2.539.894,16	3.560.306,92	4.369.055,01

Despesas de Capital

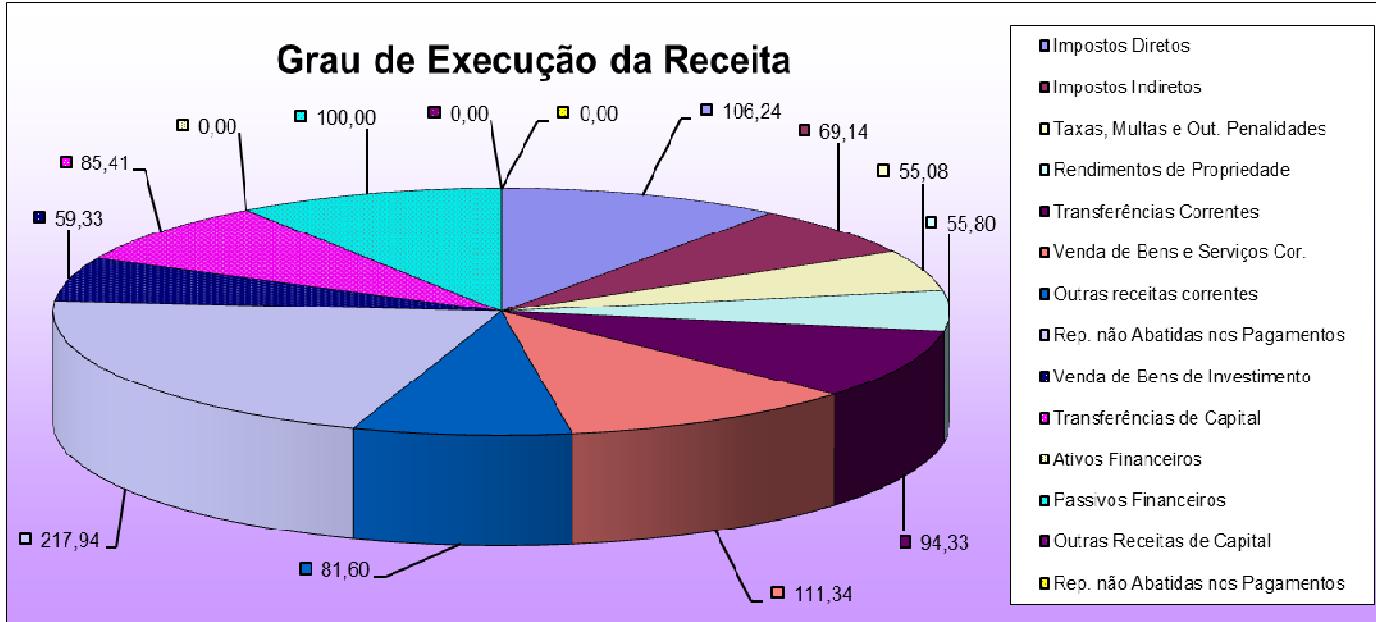




3.1.3. Receita

3.1.3.1 Análise da Execução do Orçamento da Receita

Capítulos da Receitas	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso Relativo na execução(%)
Receitas Correntes				
Impostos Diretos	445.412,00	473.221,83	106,24	5,29
Impostos Indiretos	11.730,00	8.109,96	69,14	0,09
Taxas, Multas e Outras Penalidades	42.114,00	23.195,18	55,08	0,26
Rendimentos de Propriedade	361.599,00	201.772,12	55,80	2,26
Transferências Correntes	3.292.120,00	3.105.595,10	94,33	34,71
Venda de Bens e Serviços Correntes	487.532,00	542.802,92	111,34	6,07
Outras Receitas Correntes	39.298,00	32.066,39	81,60	0,36
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	18.820,00	41.017,13	217,94	0,46
Total Receitas Correntes	4.698.625,00	4.427.780,63	94,24	49,49
Receitas Capital				
Venda de bens de Investimento	173.487,09	102.926,00	59,33	1,15
Transferências de Capital	5.101.856,00	4.357.662,19	85,41	48,71
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	58.228,00	58.227,22	100,00	0,65
Outras Receitas de Capital	200,00	0,00	0,00	0,00
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Receitas de Capital	5.333.771,09	4.518.815,41	84,72	50,51
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	10.032.396,09	8.946.596,04	89,18	100,00





As receitas atingiram uma execução de 89,18% do valor orçado, refletindo a média da execução da receita de natureza corrente (94,24%) e de capital (84,72%), tendo-se verificado um aumento significativo da execução das receitas de capital face ao valor orçado, comparativamente ao ano transato (54,15%).

As **receitas correntes** obtiveram uma execução de 94,24% face ao previsto. Este situação deveu-se essencialmente ao facto das receitas próprias da autarquia, com algum peso na execução corrente, os “Impostos Diretos” e a “Venda de Bens e Serviços Correntes”, com um peso de 10,69% e 12,26% respetivamente, terem atingido uma execução acima do inicialmente previsto de 106,24% e 111,34% respetivamente, sobretudo por via do acréscimo do Imposto municipal sobre Imóveis, compensando o facto da rubrica com maior peso na execução corrente (70,14%), as “Transferências Correntes”, que atingiram cerca de 3.106 mil euros, ter obtido uma execução abaixo do previsto (94,33%). A rubrica “Reposições não Abatidas nos Pagamentos Correntes” atingiu uma execução face ao previsto de 217,94%, contudo, face ao seu baixíssimo peso na execução da receita da mesma natureza (0,93%), não teve grande impacto na execução corrente. As várias rubricas correntes atingiram uma execução bastante diferenciada, variando desde os 55,08%, para as “Taxas, Multas e Outras Penalidades” até aos 217,94% para as “Reposições não Abatidas nos Pagamentos Correntes”, sendo que a média de execução das três rubricas com maior peso na execução corrente foi de 103,97%, sendo a média de execução das rubricas das receitas correntes de 98,93%.

As **receitas de capital** obtiveram uma execução de 84,72% face ao previsto, essencialmente devido ao facto da rubrica com maior peso da receita de capital arrecadada (96,43%), as “Transferências de Capital”, que atingiu cerca de 4.357 mil euros, ter obtido uma execução de apenas 85,41% face ao previsto.

A rubrica “Venda Bens Investimento”, com um peso de 2,28% na execução da receita de capital, registou uma execução de 59,33% face ao previsto, atingindo o valor de 103 mil euros. A rubrica “Passivos Financeiros”, com uma execução de 100% face ao valor previsto, apresenta o valor de 58 mil euros, resultante da libertação da verba relativa aos empréstimos anteriormente contratualizado. Os recursos próprios da autarquia apenas representaram 2,28% da receita de capital.



Peso Relativo por Rubrica



As receitas correntes contribuíram em 49,49% para a execução do orçamento, enquanto que as receitas de capital contribuíram com 50,51%.

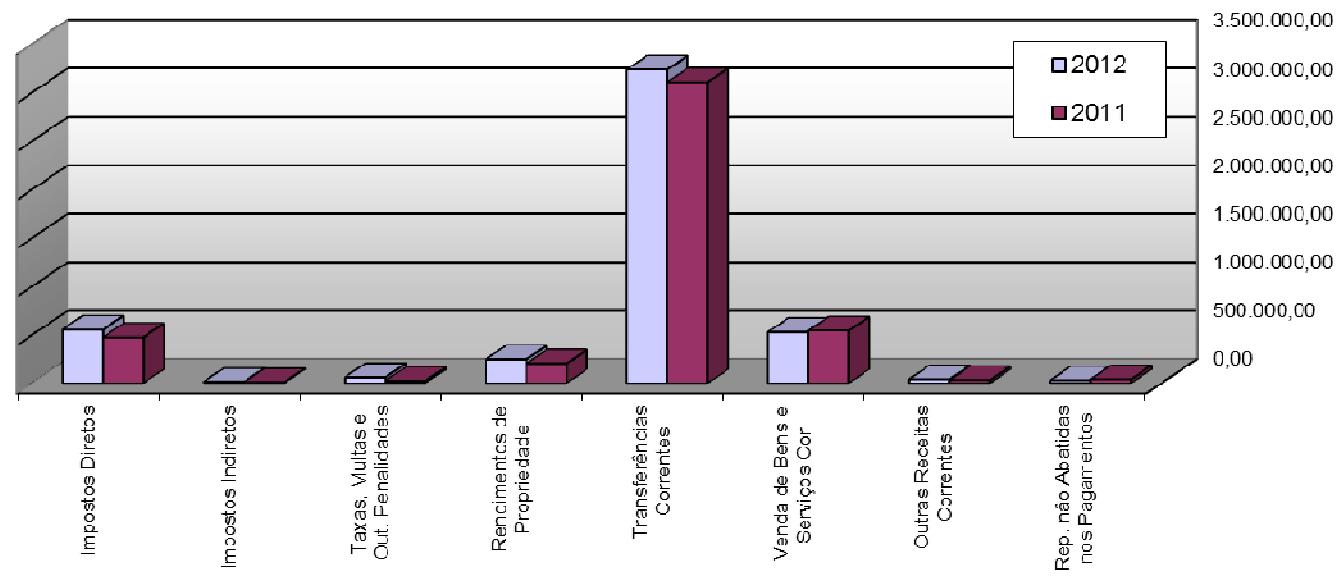
As rubricas com maior peso relativo na execução da receita, quer das receitas correntes quer das receitas de capital, foram as Transferências, com um peso de 34,71% e 48,71%, respetivamente, demonstrando bem o elevado grau de dependência do orçamento municipal dos recursos alheios, que correspondem a 84,07% da execução total da receita, representando os recursos próprios apenas 15,93%. Deste modo registou-se um decréscimo das receitas próprias do município face ao ano transato, essencialmente ao nível das receitas de capital, tendo os recursos próprios sofrido um decréscimo de 4,96%, por via do aumento das Transferências de Capital e da redução generalizada de todas as rubricas dos recursos próprios do município.



3.1.3.2 Análise Detalhada do Orçamento da Receita

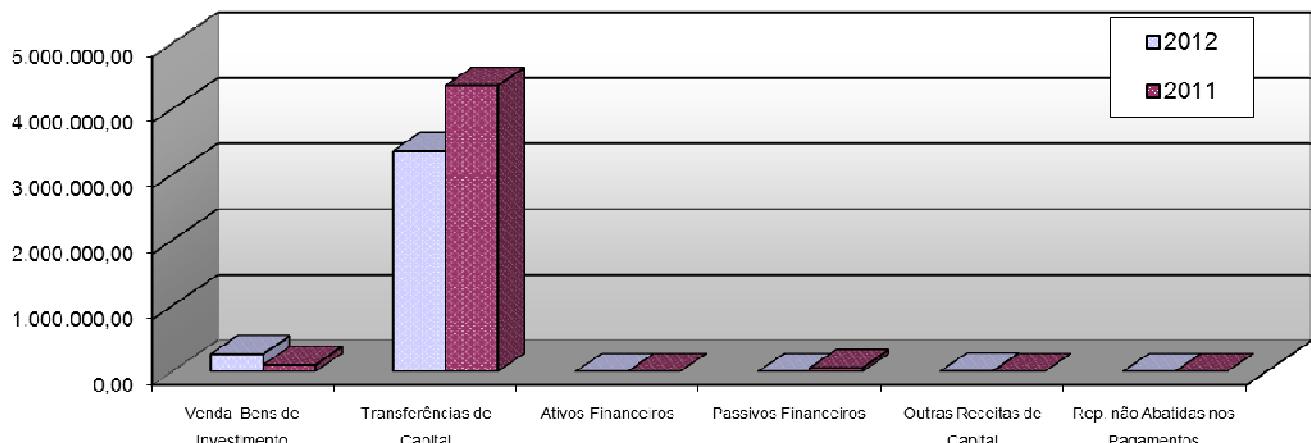
Capítulos da Receita	Execução 2011		Execução 2012		Variação 2011/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
Impostos Diretos	554.091,65	11,77	473.221,83	10,69	-80.869,82	-14,60
Impostos Indiretos	11.677,60	0,25	8.109,96	0,18	-3.567,64	-30,55
Taxas, Multas e Outras Penalidades	58.964,27	1,25	23.195,18	0,52	-35.769,09	-60,66
Rendimentos de Propriedade	245.629,80	5,22	201.772,12	4,56	-43.857,68	-17,86
Transferências Correntes	3.236.806,05	68,78	3.105.595,10	70,14	-131.210,95	-4,05
Venda de Bens e Serviços Correntes	528.787,77	11,24	542.802,92	12,26	14.015,15	2,65
Outras Receitas Correntes	40.802,56	0,87	32.066,39	0,72	-8.736,17	-21,41
Reposições não abatidas pagamentos	29.520,75	0,63	41.017,13	0,93	11.496,38	0,00
Total Receitas Correntes	4.706.280,45	100,00	4.427.780,63	100,00	-278.499,82	-5,92
Receitas Capital						
Vendas de Bens de Investimento	265.883,50	7,31	102.926,00	2,28	-162.957,50	-61,29
Transferências de Capital	3.364.550,39	92,48	4.357.662,19	96,43	993.111,80	29,52
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Passivos Financeiros	0,00	0,00	58.227,22	1,29	58.227,22	ss
Outras Receitas de Capital	7.511,80	0,21	0,00	0,00	-7.511,80	-100,00
Reposições não abatidas pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Total Receitas de Capital	3.637.945,69	100,00	4.518.815,41	100,00	880.869,72	24,21
TOTAL RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	8.344.226,14		8.946.596,04		602.369,90	7,22

Execução da Receita Corrente





Execução da Receita de Capital



De um modo geral, as receitas aumentaram em cerca de 602 mil euros (7,22%). Esta situação resultou do acréscimo verificado nas receitas de capital, que sofreram um aumento em cerca de 881 mil euros (24,21%), tendo mesmo as receitas receita corrente registado um decréscimo em cerca de 278 mil euros (5,92%).

Comparativamente ao ano anterior, as receitas correntes sofreram uma redução em cerca de 278 mil euros, constatando-se a descida generalizada das várias rubricas da receita, exceção feita para as rubricas “Venda de Bens e Serviços Correntes” e “Reposições não Abatidas nos Pagamentos” que apresentaram aumentos face ao ano transato em cerca de 14 mil euros e 11 mil euros, respetivamente, representando a primeira 12,26% da execução da receita corrente e atingindo, em 2012, o valor de 543 mil euros. O maior decréscimo em valor verificou-se na rubrica com maior peso na execução corrente, as “Transferências Correntes”, que sofreram um decréscimo de 4,05%. Esta rubrica, que representou 70,14% da execução corrente, sofreu uma redução, face ao ano anterior, em cerca de 131 mil euros, atingindo assim, em 2012, o valor de 3.106 mil euros, agravada pelo facto de não ter sido transferido para o município, durante o ano de 2012, os 5% da participação variável do IRS mas apenas 0,5%. Os “Impostos Diretos”, rubrica que representa 10,69% na execução corrente, registou um decréscimo em cerca de 81 mil euros, situação diretamente relacionada com a redução do valor arrecadado respeitante à derrama e do IMT, que sofreram uma redução face ao ano transato, em cerca de 67 mil euros e 38 mil euros respetivamente, atingindo assim esta rubrica o valor de 473 mil euros. A rubrica que apresentou maior decréscimo percentual (60,66%) foi as “Taxes, Multas e Outras Penalidades”, contudo face ao seu peso na execução corrente (0,52%) não teve grande impacto na execução, correspondendo a uma redução em



cerca de 36 mil euros. Deste modo, as receitas próprias da autarquia representam 29,86% das receitas correntes, verificando-se na gerência um decréscimo deste tipo de receitas de 1,36%.

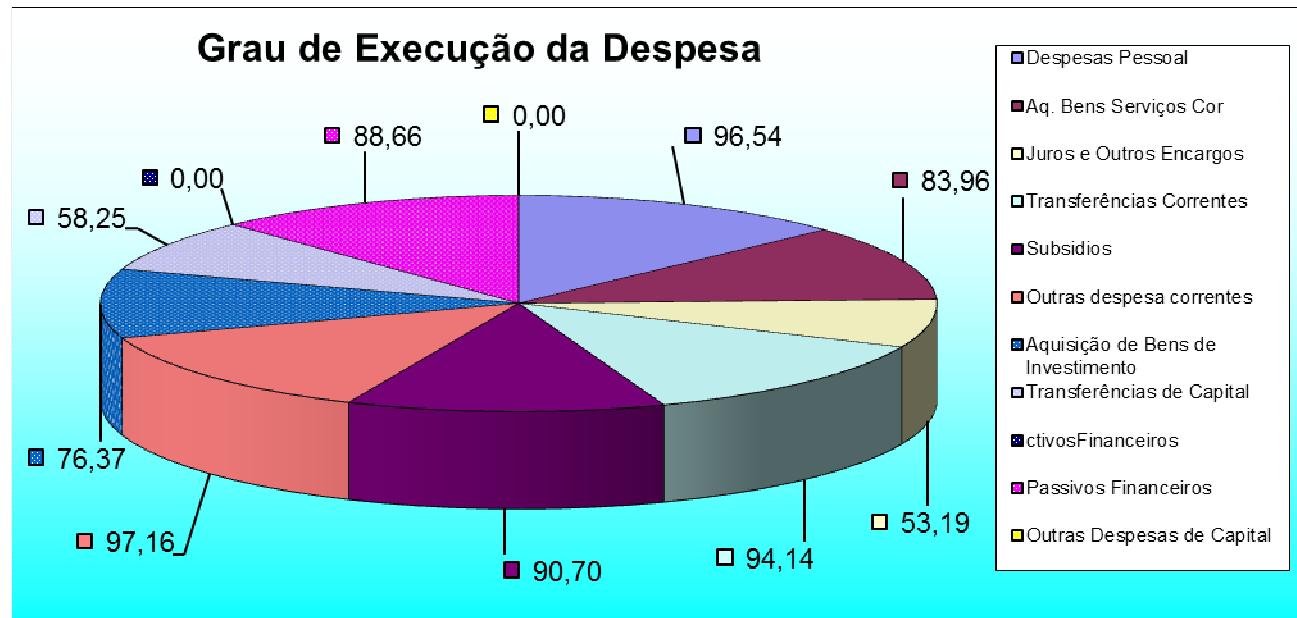
As receitas de capital sofreram um acréscimo significativo de 24,21% comparativamente a 2011, representando um aumento da receita arrecadada em cerca de 881 mil euros, resultando este valor exclusivamente de recursos alheios, tendo mesmo os recursos próprios de capital reduzido. O maior acréscimo percentual (29,52%), equivalente a um aumento da receita em cerca de 993 mil euros, face ao valor arrecadado no ano transato, verificou-se nas “Transferências de Capital”, rubrica mais significativa na arrecadação das receitas de capital, com um peso de 96,43%, atingindo assim em 2012 o valor de 4.358 mil euros, essencialmente pela arrecadação das verbas relativas ao Protocolo de Cooperação celebrado entre o município e a EDP, para execução da Beneficiação do CM1355-IP2/Vale do Cobrão/Foz do Cobrão, cuja verba arrecadada rondou os 1.835 mil euros. Os “Passivos Financeiros”, com um peso de 1,29% da execução de capital, refletem o recurso ao empréstimo contratualizado, no valor de 58 mil euros. A rubrica “Venda de Bens de Capital, sofreu um significativo decréscimo, em cerca de 163 mil euros, passando a representar apenas 2,28% da receita de capital. Deste modo as receitas próprias de capital sofreram um decréscimo de 5,24%, passando a representar apenas 2,28% das receitas de capital do Município, representando os recursos alheios 97,72%.



3.1.4. Despesa

3.1.4.1 Análise da Execução do Orçamento da Despesa

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes				
Despesas Pessoal	2.267.207,00	2.188.804,20	96,54	25,37
Aquisição de Bens e Serviços	1.851.140,00	1.554.293,79	83,96	18,02
Juros e Outros Encargos	45.300,00	24.096,50	53,19	0,28
Transferências Correntes	326.018,00	306.909,34	94,14	3,56
Subsídios	28.225,00	25.600,30	90,70	0,30
Outras Despesa Correntes	161.915,00	157.321,98	97,16	1,82
Total Despesas Correntes	4.679.805,00	4.257.026,11	90,97	49,35
Despesas Capital				
Aquisição de Bens de Capital	5.047.687,00	3.854.766,96	76,37	44,69
Transferências de Capital	355.489,00	207.080,29	58,25	2,40
Ativos Financeiros	51.000,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	346.500,00	307.207,76	88,66	3,56
Outras Despesas de Capital	1.200,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	5.801.876,00	4.369.055,01	75,30	50,65
TOTAL DESPESAS CORRENTES CAPITAL	10.481.681,00	8.626.081,12	82,30	100,00



As despesas atingiram uma execução global de 82,30% do valor orçado, tendo-se registado um acréscimo significativo na execução da despesa de capital, que atingiu os 75,30%.

As **despesas correntes** foram executadas a em 90,97% em relação ao previsto, tendo-se verificado uma execução média das várias rubricas da despesa de 85,97%, com todas as



rúbricas a registarem uma execução acima dos 84%, à exceção do “Juros e Outros Encargos”, que apenas registaram uma execução de 53,19%. As rúbricas mais significativas na execução corrente são as “Despesas com Pessoal”, que atingiram uma execução de 96,54%, correspondendo a um valor de 2.189 mil euros e as “Aquisição de Bens e Serviços Corrente”, que obtiveram uma execução de 83,96%, atingindo o valor de 1.554 mil euros.

Nas **despesas de capital** verificou-se uma execução de 75,30% em virtude da rúbrica com maior peso na execução de capital (88,23%), a “Aquisição de Bens de Investimentos”, ter alcançado uma execução de 76,37% face ao previsto, ou seja, cerca de 3.855 mil euros. A rúbrica que obteve maior execução face ao previsto foi os “Passivos Financeiros” (88,66%), contudo face ao seu peso na execução da despesa de capital (7,03%), o valor que atingiu, cerca de 307 mil euros, não é muito significativo na execução de capital. As “Transferências de Capital”, que representam 4,74% da execução da receita de capital, atingiram uma execução de apenas 58,25% face ao previsto, correspondendo a cerca de 207 mil euros.

As despesas correntes representaram 49,35% do total da execução da despesa, enquanto que as despesas de capital obtiveram uma execução de 50,65%, tendo reduzido o peso da despesa corrente face à despesa total.

As rúbricas com maior peso na execução corrente foram, como seria previsível, as “Despesas de Pessoal” (25,37%) e a “Aquisição de Bens e Serviços” (18,02%), repartindo-se os restantes 5,96% pelas outras rúbricas correntes.

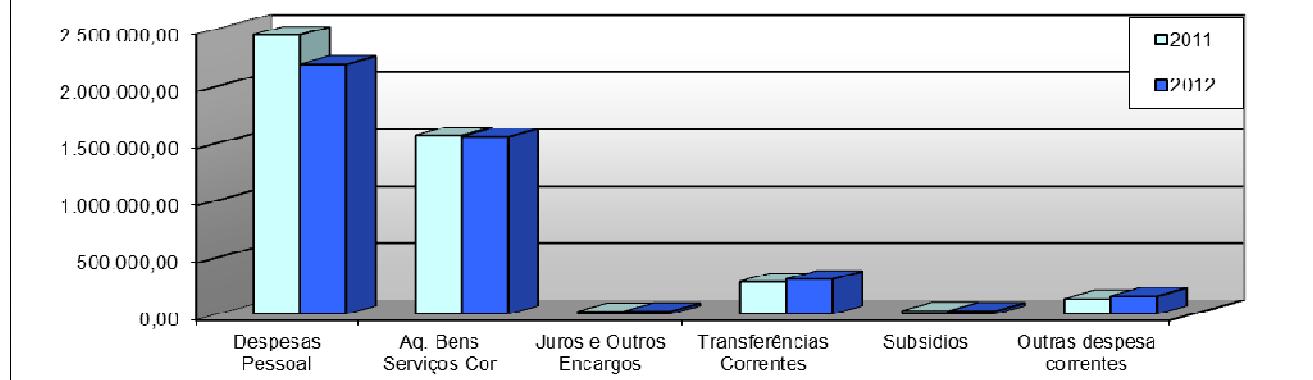
Nas despesas de capital a rúbrica de “Aquisição de Bens de Capital” obteve a quase totalidade de execução, com 44,69%, repartindo-se a restante execução pelas rúbricas “Transferências de Capital” e “Passivos Financeiros”, com uma execução de 2,40% e 3,56%, respetivamente.



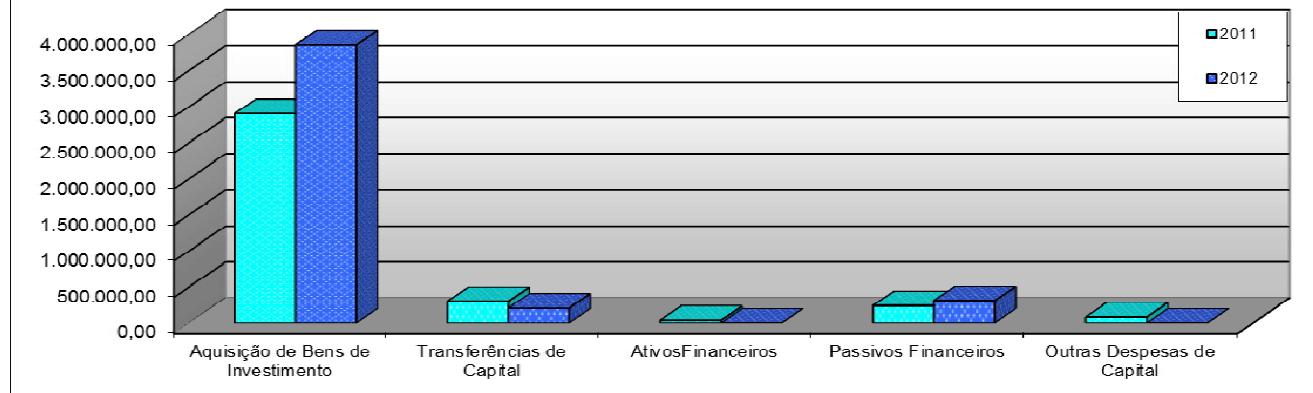
3.1.4.2 Análise Detalhada do Orçamento da Despesa

Capítulos da despesa	Execução 2011		Execução 2012		Variação 2011/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes						
Despesas Pessoal	2.446.284,25	54,57	2.188.804,20	51,42	-257.480,05	-10,53
Aquisição de Bens e Serviços	1.565.587,37	34,93	1.554.293,79	36,51	-11.293,58	-0,72
Juros e Outros Encargos	22.307,33	0,50	24.096,50	0,57	1.789,17	8,02
Transferências Correntes	286.116,59	6,38	306.909,34	7,21	20.792,75	7,27
Subsídios	27.831,60	0,62	25.600,30	0,60	-2.231,30	0,00
Outras Despesa Correntes	134.478,10	3,00	157.321,98	3,70	22.843,88	16,99
Total Despesas Correntes	4.482.605,24	100,00	4.257.026,11	100,00	-225.579,13	-5,03
Despesas Capital						
Aquisição de Bens de Capital	2.902.761,76	81,53	3.854.766,96	88,23	952.005,20	32,80
Transferências de Capital	296.648,61	8,33	207.080,29	4,74	-89.568,32	-30,19
Ativos Financeiros	38.380,00	1,08	0,00	0,00	-38.380,00	0,00
Passivos Financeiros	239.741,85	6,73	307.207,76	7,03	67.465,91	28,14
Outras Despesas de Capital	82.774,70	2,32	0,00	0,00	-82.774,70	0,00
Total Despesas Capital	3.560.306,92	100,00	4.369.055,01	100,00	808.748,09	22,72
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	8.042.912,16		8.626.081,12		583.168,96	7,25

Execução da Despesa Corrente



Execução da Despesa de Capital





De um modo geral, as despesas sofreram um acréscimo de 7,25% relativamente ao ano transato, correspondendo a um aumento em cerca de 583 mil euros, para o qual contribuiu o acréscimo da despesa de capital (22,72%) tendo mesmo a despesa corrente sofrido um decréscimo em 5,03%.

A **despesa corrente**, sofreu uma redução significativa em cerca de 226 mil euros, correspondendo a uma variação de -5,03% face ao ano transato. Para este facto contribuiu o decréscimo das duas rubricas com maior peso na execução corrente, as “Despesas com Pessoal”, e as “Aquisições de Bens e Serviços Correntes”, rubricas com um peso de 51,42% e 36,51% respetivamente, correspondendo a uma diminuição da despesa em cerca de 269 mil euros, atingindo assim estas rubricas os valores de 2.189 mil euros e 1.554 mil euros respetivamente. A rubrica “Subsídios” apresenta também um decréscimo de 8,02%, mas face ao seu peso na execução corrente (0,60%) a sua redução teve um fraco impacto na execução corrente. As restantes rubricas correntes registaram acréscimos da despesa, verificando-se nas “Transferências Correntes”, com um peso de 7,21% na execução da despesa corrente, um acréscimo em cerca de 21 mil euros e nas “Outras Despesas Correntes”, com um peso de 3,70%, um aumento em cerca de 23 mil euros.

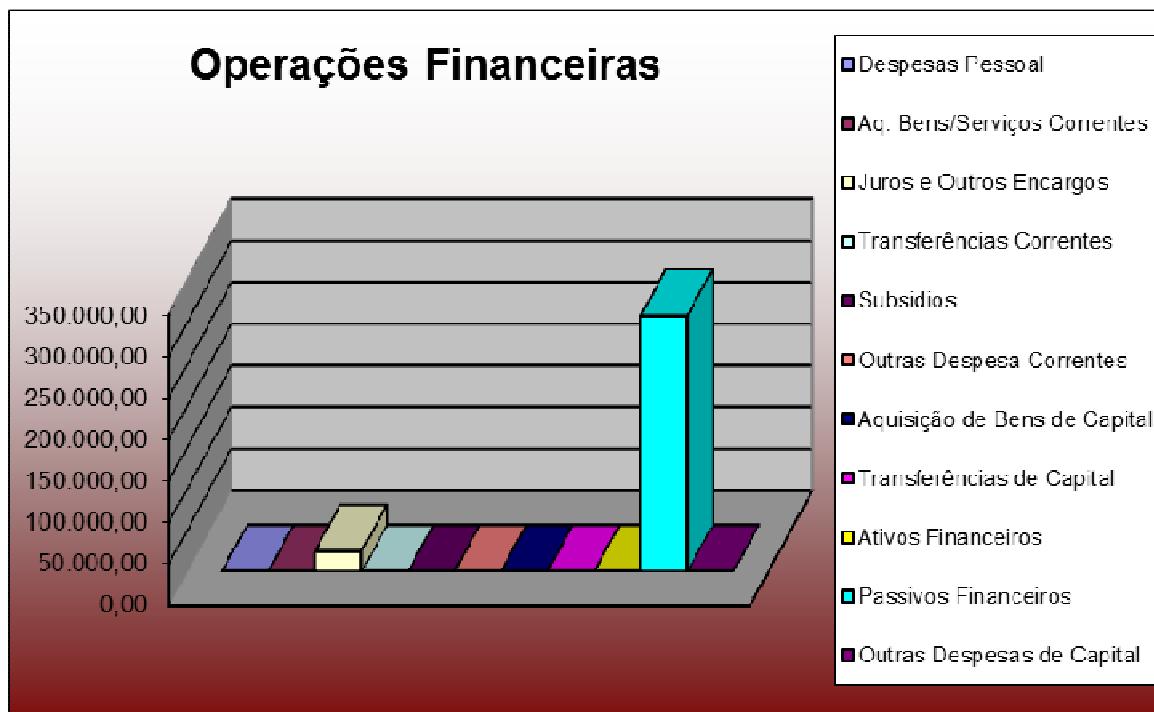
As **despesas de capital** sofreram um acréscimo de 22,72%, correspondendo a um acréscimo de despesa em cerca de 809 mil euros, reflexo do aumento verificado na rubrica com maior peso na execução de capital (88,23%), a “Aquisição de Bens de Capital”, em cerca de 952 mil euros, correspondendo a um acréscimo de 32,80%, atingindo assim a rubrica o valor de 3.855 mil euros. De um modo geral as restantes rubricas de capital apresentaram reduções da despesa, tendo-se registado decréscimos de valor nas “Transferências de Capital”, “Ativos Financeiros” e “Outras Despesas de Capital”, em cerca de 90 mil euros, 38 mil euros e 83 mil euros respetivamente. A rubrica “Passivos Financeiros”, que representa 7,03% da despesa de capital, sofreu um acréscimo de valor em cerca de 67 mil euros, atingindo assim, em 2012, o valor de 307 mil euros, facto diretamente relacionada com o aumento dos “Juros e Outros Encargos”, de natureza corrente.



Execução Orçamental por Classificação Orgânica

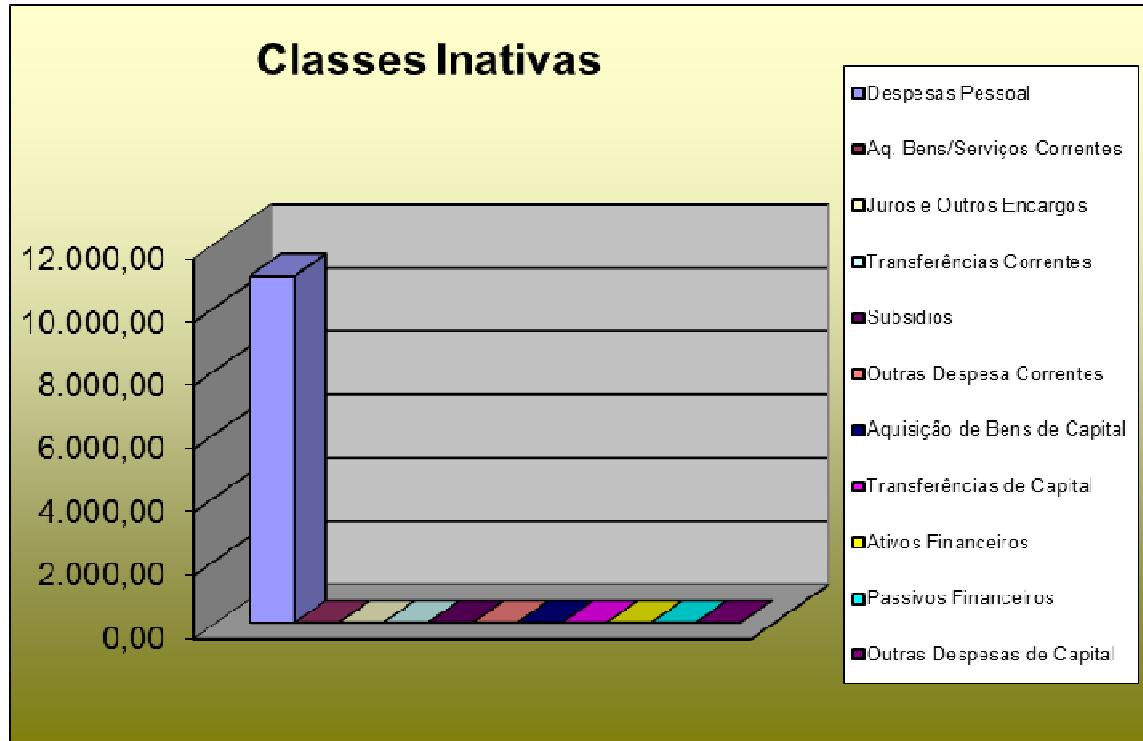
Execução Orçamental das Operações Financeiras (0101)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	0,00	0,00	0,00
Aq. Bens/Serviços Correntes	50,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	44.600,00	24.096,50	54,03
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	100,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	44.750,00	24.096,50	53,85
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	51.000,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	346.500,00	307.207,76	88,66
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	397.700,00	307.207,76	77,25
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	442.450,00	331.304,26	74,88



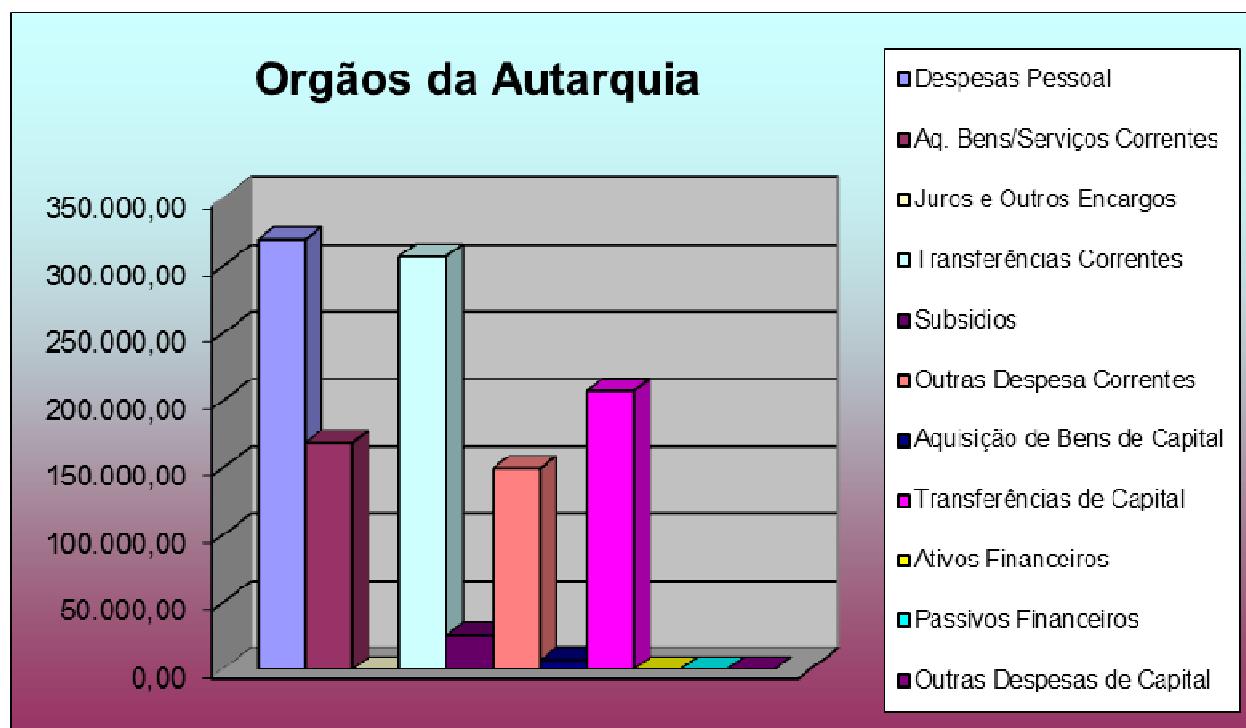
**Execução Orçamental das Classes Inativas (0102)**

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	11.650,00	10.953,57	94,02
Aq. Bens/Serviços Correntes	0,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	100,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	11.750,00	10.953,57	93,22
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	11.750,00	10.953,57	93,22



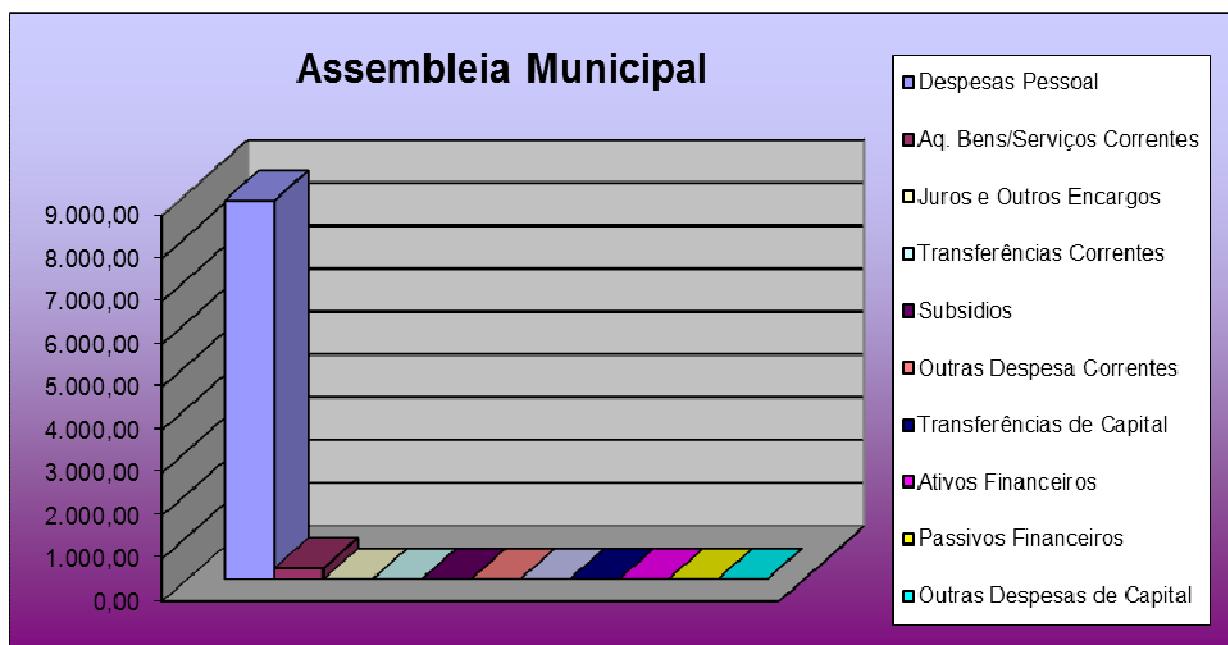
**Execução Orçamental das Órgãos da Autarquia (0103)**

Despesas Correntes	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	338.648,00	319.523,83	94,35
Aq. Bens/Serviços Correntes	210.690,00	168.478,16	79,96
Juros e Outros Encargos	150,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	326.018,00	306.909,34	94,14
Subsídios	28.225,00	25.600,30	0,00
Outras Despesa Correntes	152.765,00	149.356,10	97,77
Total Despesas Correntes	1.056.496,00	969.867,73	91,80
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	32.000,00	7.066,68	22,08
Transferências de Capital	355.489,00	207.080,29	58,25
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	387.689,00	214.146,97	55,24
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	1.444.185,00	1.184.014,70	81,98



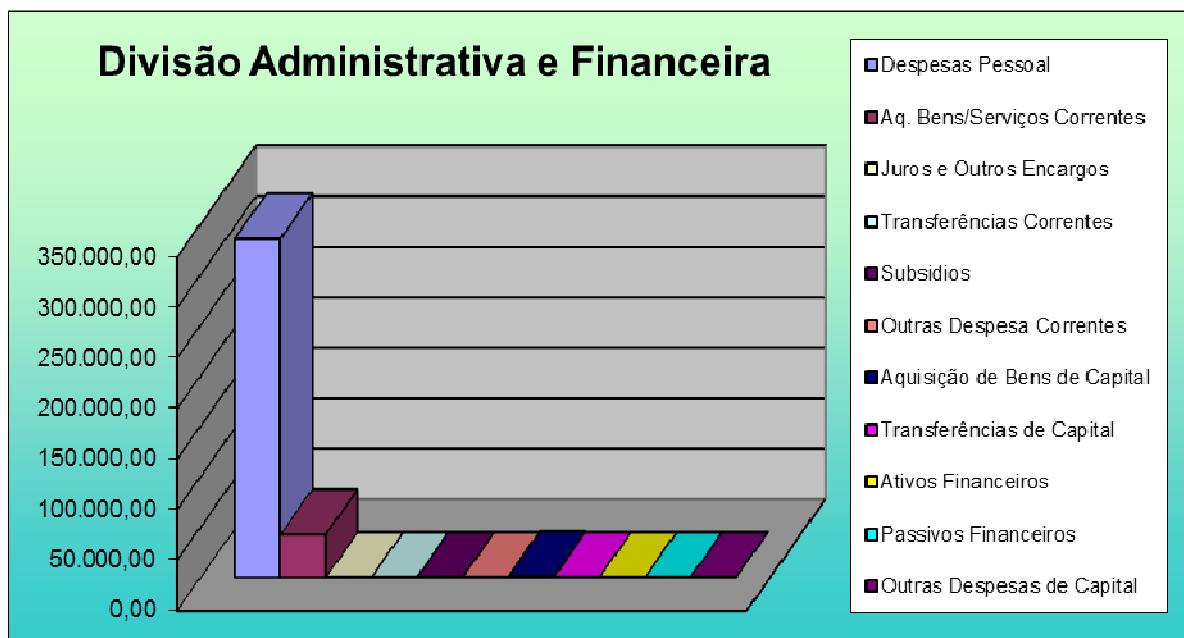
**Execução Orçamental das Assembleia Municipal (0104)**

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução(%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	10.600,00	8.817,06	83,18
Aq. Bens/Serviços Correntes	700,00	250,00	35,71
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	11.300,00	9.067,06	80,24
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	11.300,00	9.067,06	80,24



**Execução Orçamental da Divisão Administrativa e Financeira (02)**

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	346.862,00	335.307,48	96,67
Aq. Bens/Serviços Correntes	55.050,00	42.437,10	77,09
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	402.112,00	377.744,58	93,94
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	11.700,00	890,53	7,61
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	11.900,00	890,53	7,48
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	414.012,00	378.635,11	91,46





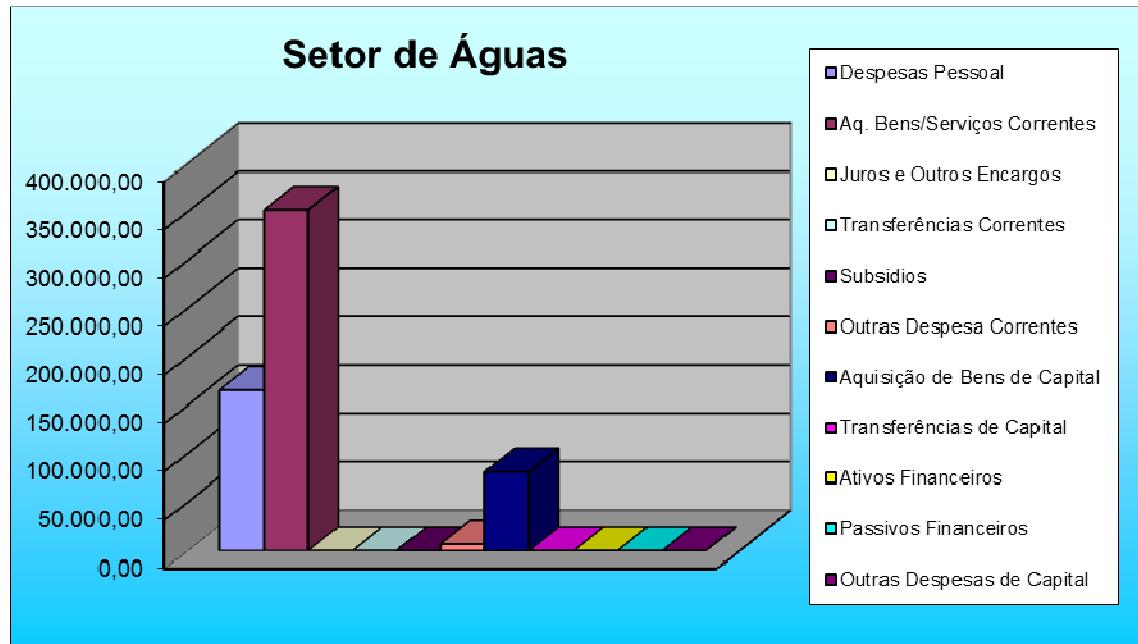
Execução Orçamental das Divisão de Obras, Habitação, Urbanismo e Serviços Urbanos (03)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	877.163,00	857.733,96	97,79
Aq. Bens/Serviços Correntes	584.950,00	507.210,97	86,71
Juros e Outros Encargos	50,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	200,00	36,00	18,00
Total Despesas Correntes	1.462.363,00	1.364.980,93	93,34
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	4.116.787,00	3.421.900,43	83,12
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	4.116.987,00	3.421.900,43	83,12
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	5.579.350,00	4.786.881,36	85,80



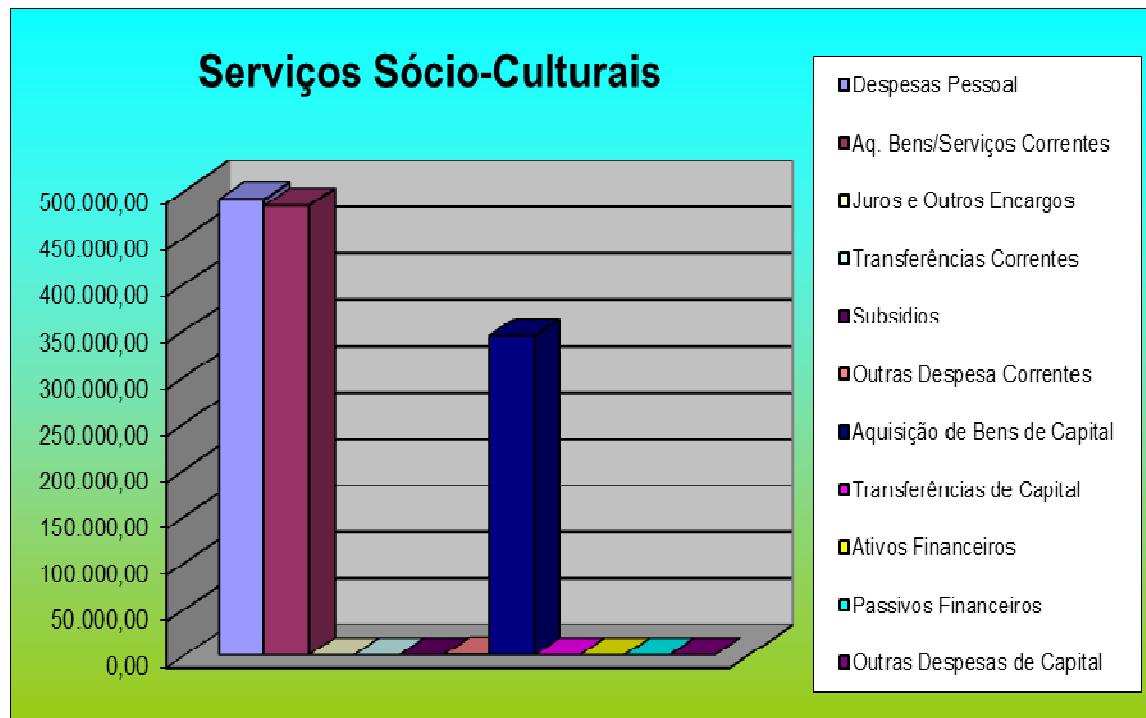
**Execução Orçamental do Setor de (04)**

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	173.774,00	166.039,52	95,55
Aq. Bens/Serviços Correntes	415.350,00	352.341,71	84,83
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	7.400,00	7.170,68	96,90
Total Despesas Correntes	596.524,00	525.551,91	88,10
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	95.500,00	81.688,95	85,54
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	95.700,00	81.688,95	85,36
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	692.224,00	607.240,86	87,72



**Execução Orçamental dos Serviços Socioculturais (05)**

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	508.510,00	490.428,78	96,44
Aq. Bens/Serviços Correntes	584.350,00	483.575,85	82,75
Juros e Outros Encargos	500,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	1.150,00	759,20	66,02
Total Despesas Correntes	1.094.510,00	974.763,83	89,06
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	791.700,00	343.220,37	43,35
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	791.900,00	343.220,37	43,34
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	1.886.410,00	1.317.984,20	69,87



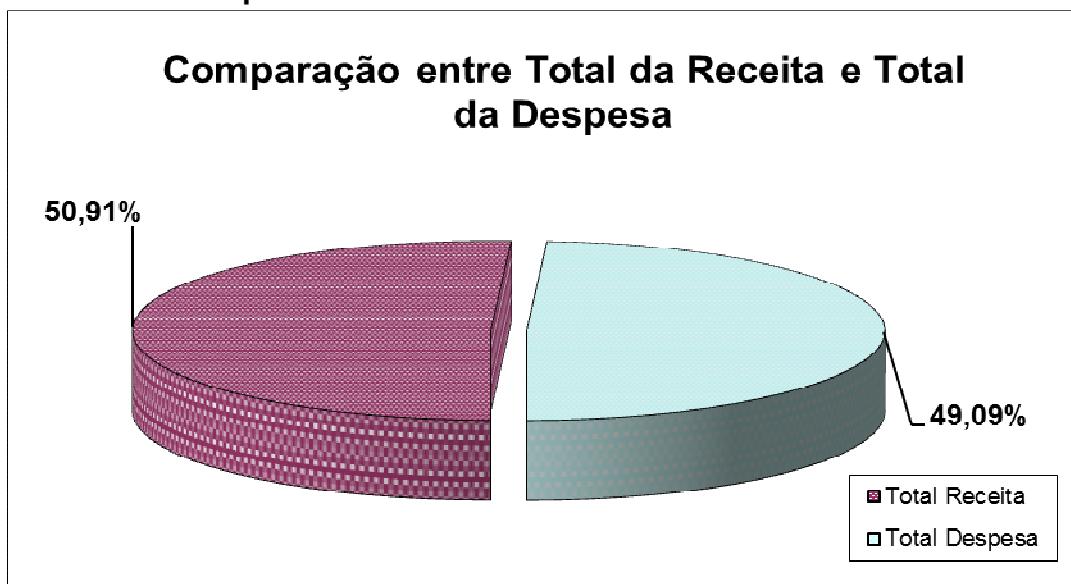


3.1.5. Comparação entre Receitas e Despesas

Na gerência de 2012 verificou-se um saldo de € 320.514,92 sendo que € 170.754,52 tem natureza corrente e € 149.760,40 tem natureza de capital, resultante da diferença entre as receitas cobradas, que atingiram o valor de € 8.946.596,04 e as despesas realizadas cujo montante foi de € 8.626.081,12.

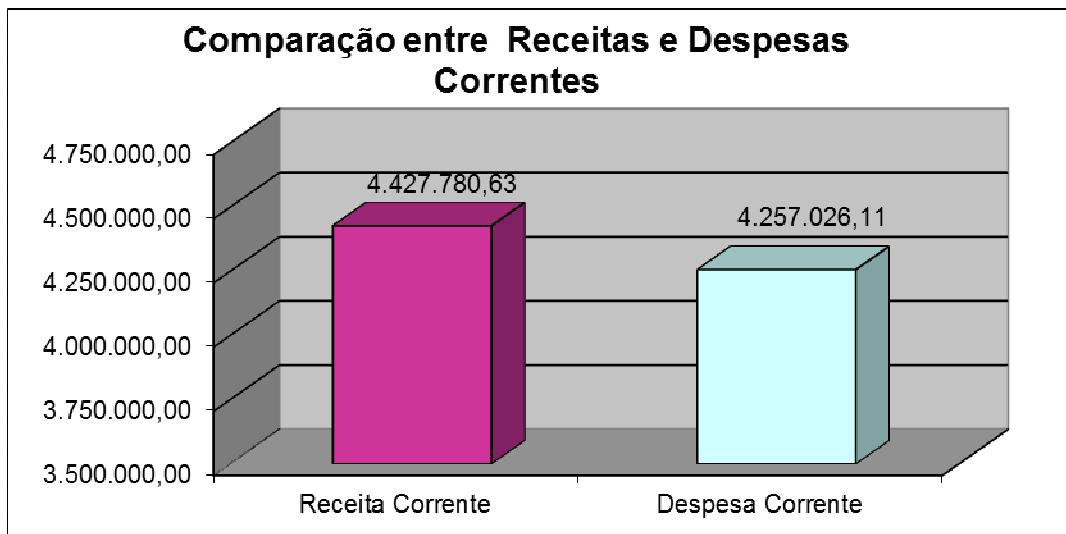
Tendo em conta o valor do saldo da gerência anterior de € 449.284,91, dos quais € 223.675,21 são de natureza corrente e € 225.609,70 de capital, o saldo que transita para 2012 será de € 769.799,83. Transita igualmente, como encargos assumidos e não pagos, o valor de € 41.553,22.

Receita Total/Despesa Total



Para os valores globais apresentados, contribuiu a seguinte execução:

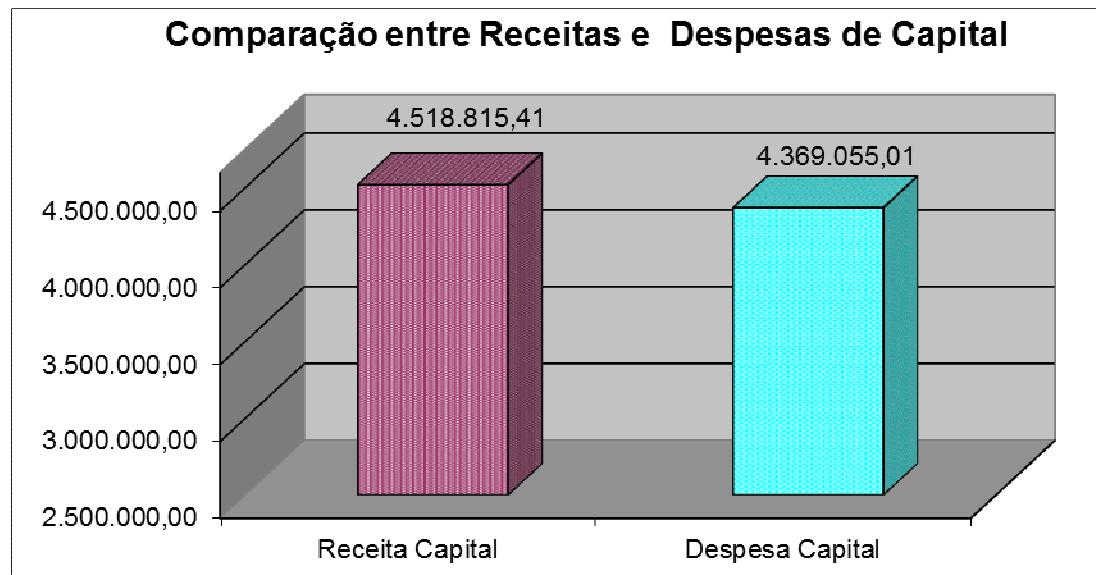
➤ Corrente:





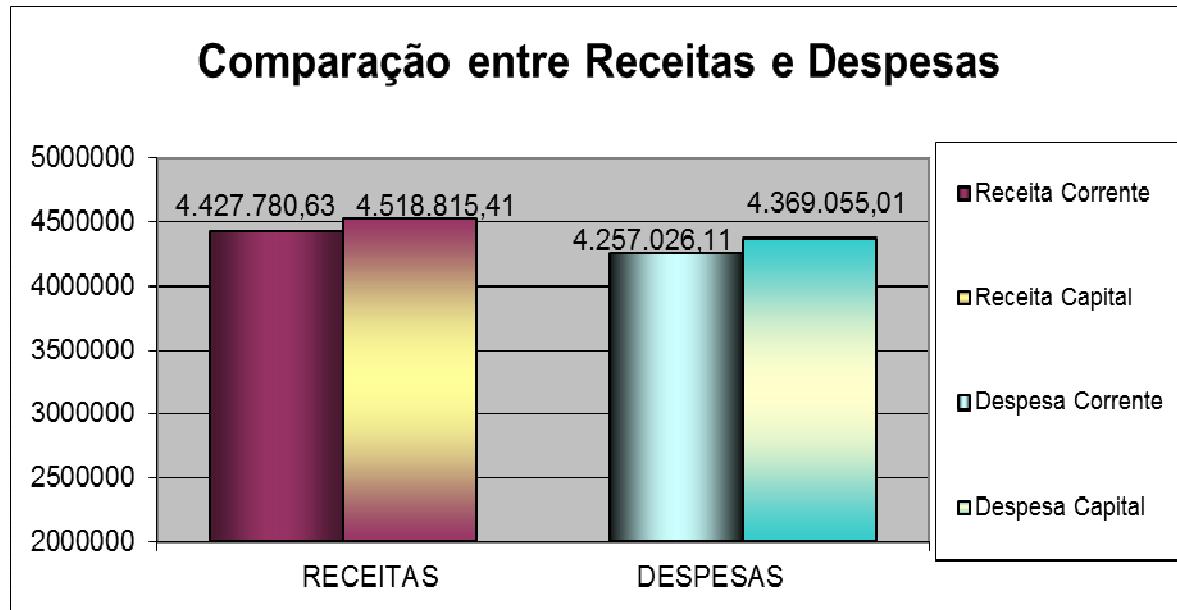
A receita corrente foi de € 4.427.780,63 e a despesa corrente de € 4.257.028,11, resultando um **saldo corrente** de € 170.754,52.

➤ Capital



A receita de capital foi de € 4.518.815,41 e a despesa de capital atingiu € 4.369.055,01, resultando um **saldo de capital** de € 149.760,40.

Comparando as receitas e despesas por natureza, obtemos o seguinte gráfico:

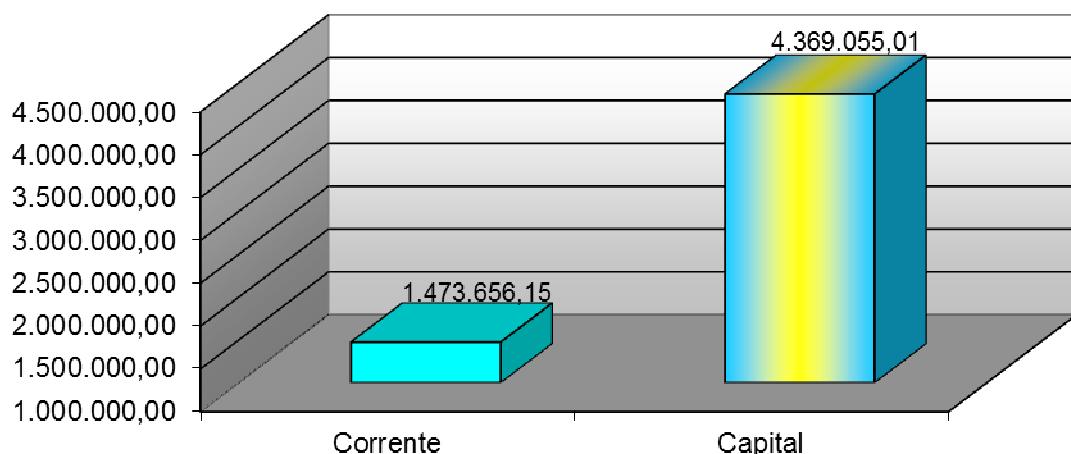




Orçamento / Grandes Opções do Plano

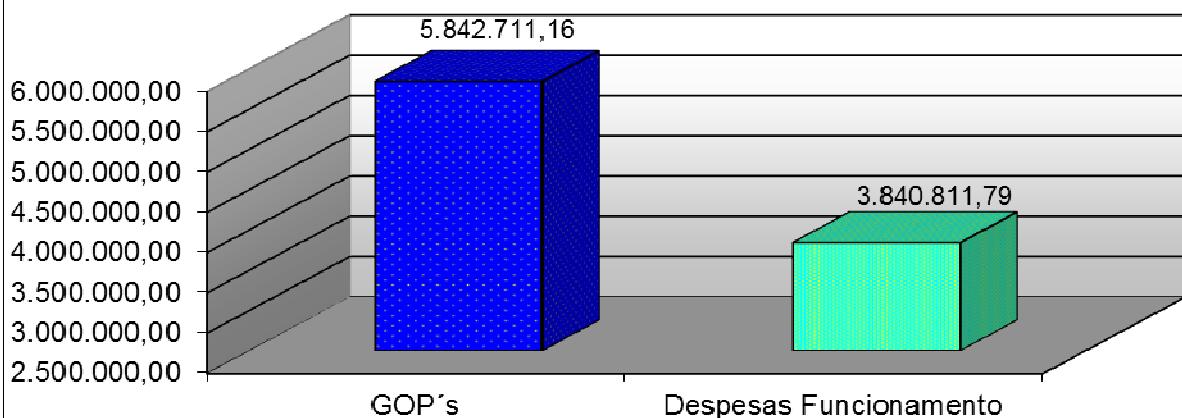
Em 2012 as Grandes Opções do Plano totalizam **€ 5.842.711,16**, correspondendo a 67,73% da despesa executada, que atingiu o valor de € 8.626.081,12. Daquele valor, € 1.473.656,15 respeita a despesa corrente e € 4.369.055,01 tem a natureza de capital.

Grandes Opções do Plano por Natureza



Por sua vez, as despesas de funcionamento, calculadas pela diferença entre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, deduzido das despesas de funcionamento inscritas neste documento, atingiram € 3.840.811,79, ou seja 44,53% da execução do orçamento da despesa, conforme se observa no gráfico abaixo apresentado:

Grandes Opções do Plano / Despesa Funcionamento

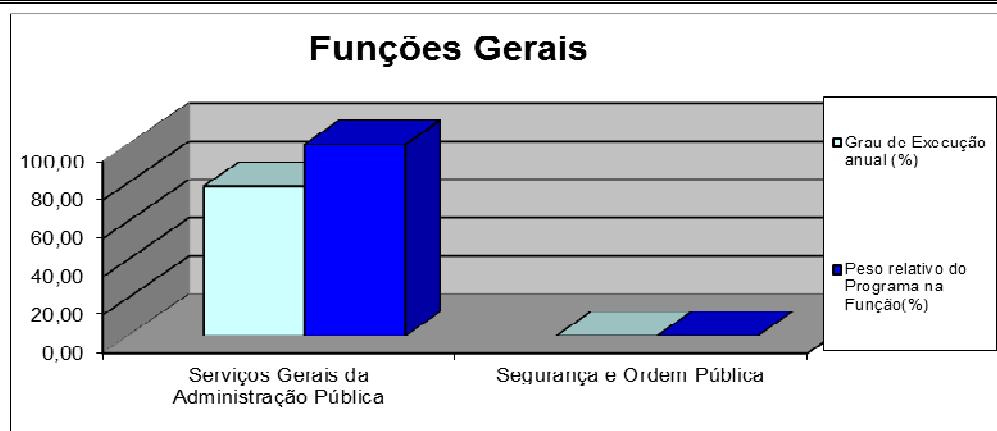




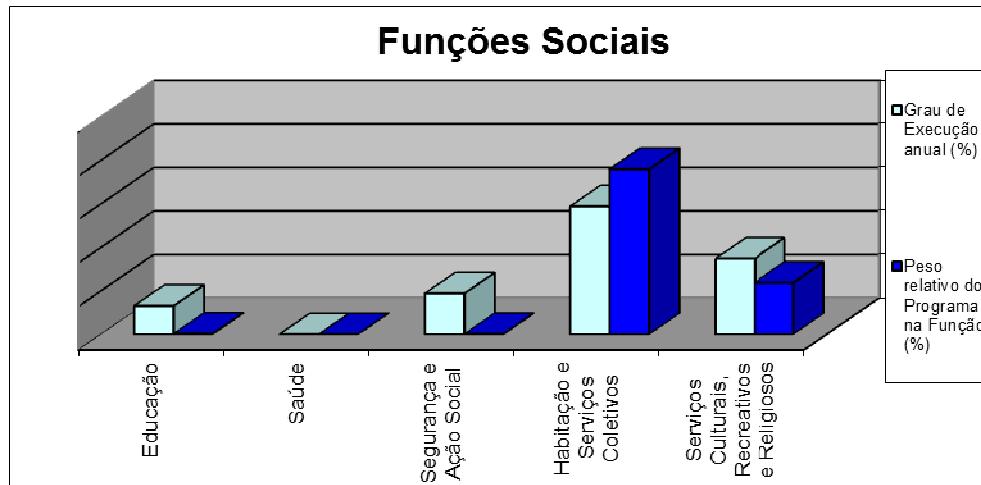
3.2 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

3.2.1 Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	416.300,00	319.803,16	76,82	100,00
Serviços Gerais da Administração Pública	409.300,00	319.803,16	78,13	100,00
Segurança e Ordem Pública	7.000,00	0,00	0,00	0,00



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	1.331.500,00	666.364,93	50,05	100,00
Educação	14.000,00	1.832,07	13,09	0,27
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança e Ação Social	5.000,00	938,40	18,77	0,14
Habitação e Serviços Coletivos	859.000,00	505.688,00	58,87	75,89
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	453.500,00	157.906,46	34,82	23,70





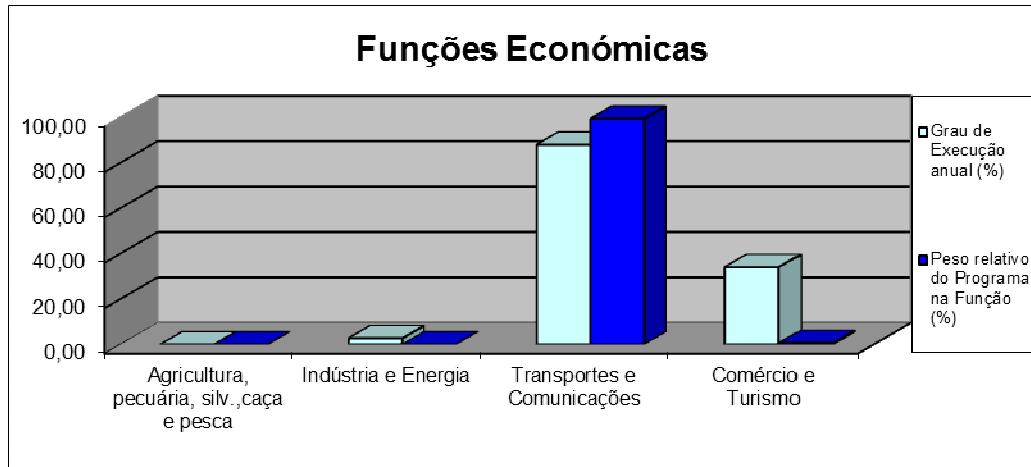
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

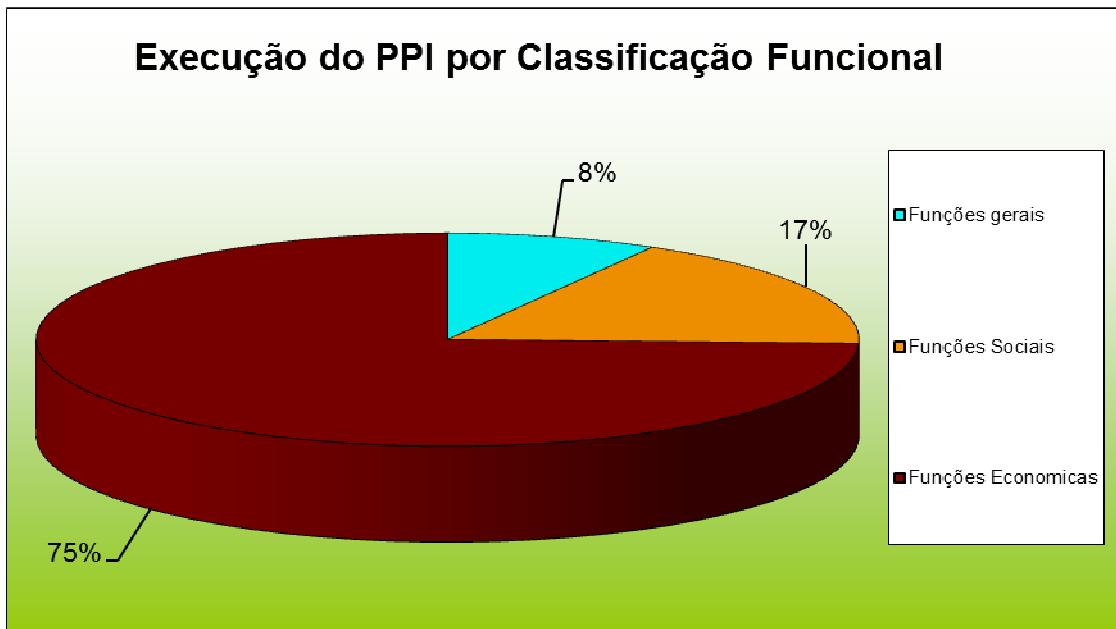
Exercício 2012



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	3.299.887,00	2.868.598,87	86,93	100,00
Agricultura, Pecuária, Silvic., Caça e Pesca	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria e Energia	5.967,00	162,34	2,72	0,01
Transportes e Comunicações	3.241.720,00	2.850.684,02	87,94	99,38
Comércio e Turismo	52.200,00	17.752,51	34,01	0,62



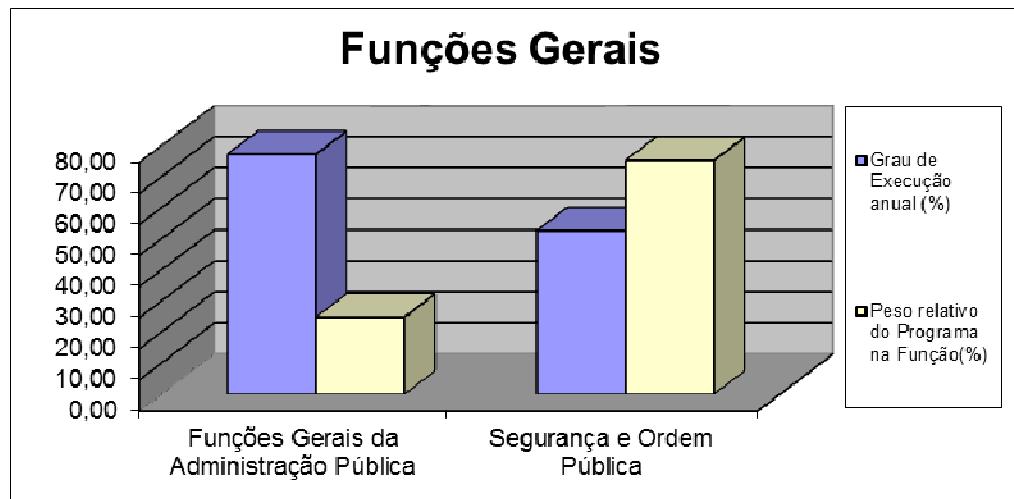
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso Relativo da Função na execução (%)
Funções gerais	416.300,00	319.803,16	76,82	8,30
Funções Sociais	1.331.500,00	666.364,93	50,05	17,29
Funções Económicas	3.299.887,00	2.868.598,87	86,93	74,42
Total do PPI	5.047.687,00	3.854.766,96	76,37	100,00



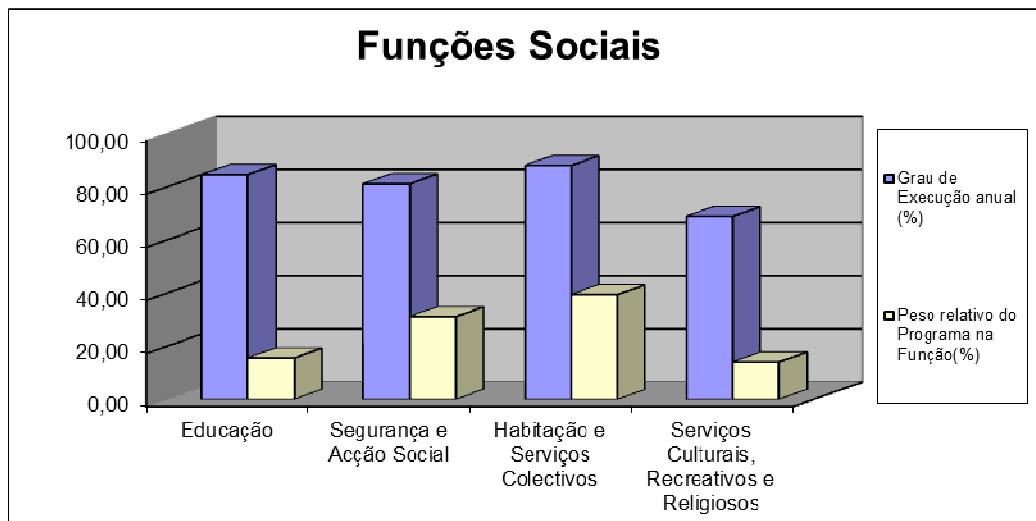


3.2.2 Execução do Plano Atividades Municipais (PAM)

Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	93.100,00	53.202,82	57,15	100,00
Funções Gerais da Administração Pública	17.100,00	13.202,82	77,21	24,82
Segurança e Ordem Pública	76.000,00	40.000,00	52,63	75,18



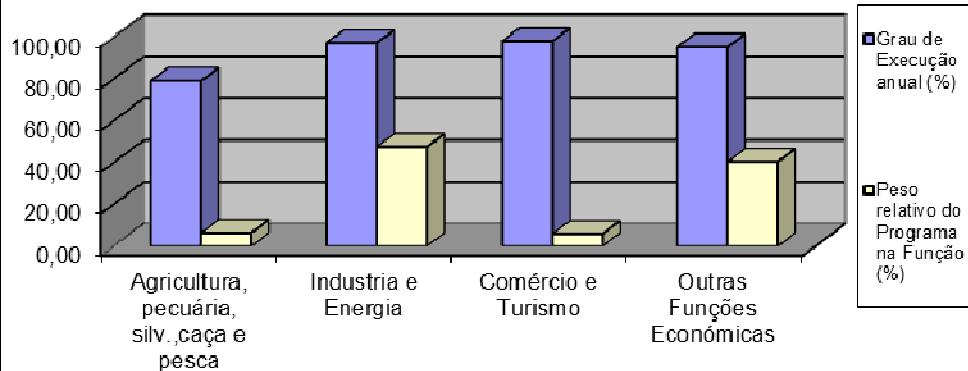
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	1.336.325,00	1.097.163,00	82,10	100,00
Educação	201.430,00	170.352,34	84,57	15,53
Segurança e Ação Social	420.376,00	340.910,89	81,10	31,07
Habitação e Serviços Coletivos	491.250,00	432.199,01	87,98	39,39
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	223.269,00	153.700,76	68,84	14,01





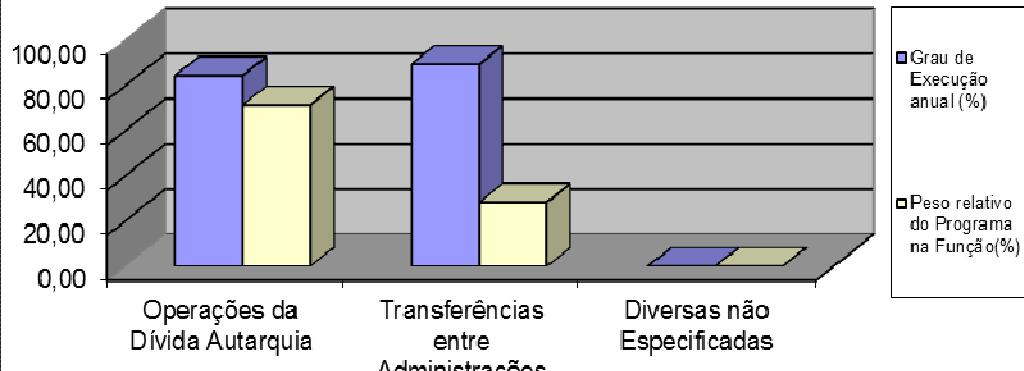
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	393.820,00	374.430,92	95,08	93,66
Agricultura, Pecuária, Silvic.,Caça e Pesca	30.000,00	23.738,22	79,13	6,34
Indústria e Energia	183.000,00	177.809,97	97,16	47,49
Comércio e Turismo	22.020,00	21.571,40	97,96	5,76
Outras Funções Económicas	158.800,00	151.311,33	95,28	40,41

Funções Económicas



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Outras Funções	590.883,00	463.147,46	78,38	100,00
Operações da Dívida Autarquia	391.500,00	331.273,76	84,62	71,53
Transferências entre Administrações	147.083,00	131.873,70	89,66	28,47
Diversas não Especificadas	52.300,00	0,00	0,00	0,00

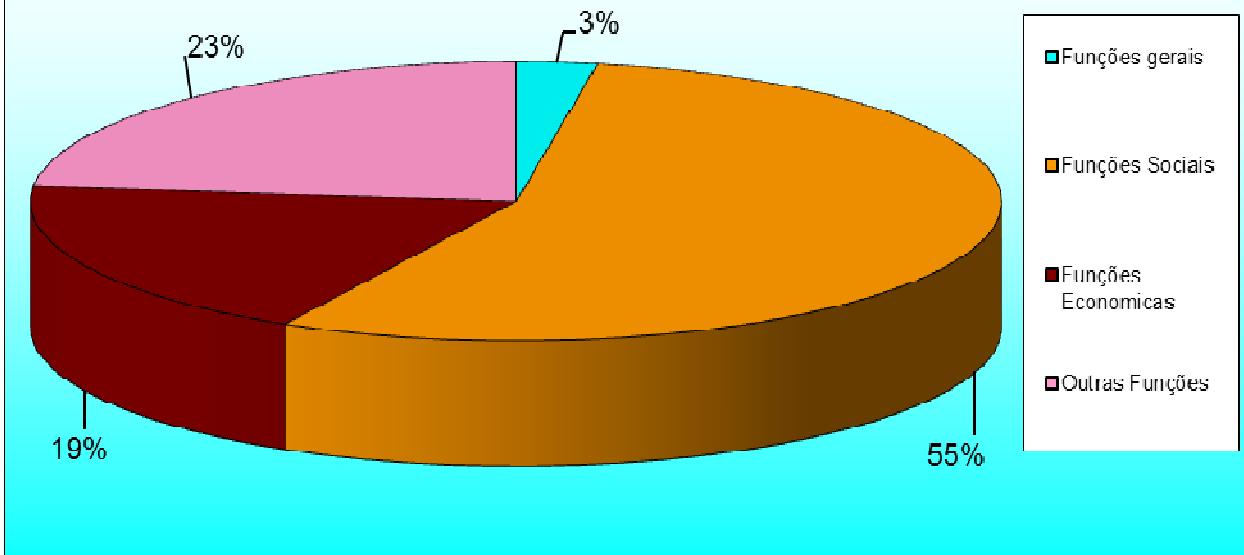
Outras Funções





Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso Relativo da Função na execução (%)
Funções gerais	93.100,00	53.202,82	57,15	2,68
Funções Sociais	1.336.325,00	1.097.163,00	82,10	55,19
Funções Económicas	393.820,00	374.430,92	95,08	18,84
Outras Funções	590.883,00	463.147,46	78,38	23,30
Total do PAM	2.414.128,00	1.987.944,20	82,35	100,00

Execução do PAM por Classificação Funcional





3.3 INDICADORES ORÇAMENTAIS

Apresentam-se de seguida alguns indicadores de âmbito global e sectorial, com intuito de avaliar o nível dos resultados obtidos na atividade desenvolvida pelo Município, ao longo do último quadriénio.

INDICADORES	2009	2010	2011	2012
Equilíbrios Legais				
1. <u>Despesa Totais c/ Pessoal do Quadro*</u>	40,11	37,40	38,54	34,05
Receitas Correntes Ano Anterior				
2. <u>Receita Corrente</u>	93,64	96,47	104,99	104,01
Despesa Corrente				
3. <u>Endividamento de Médio e Longo Prazos</u>	32,86	28,14	24,48	19,56
Receitas para efeitos endividamento				
Indicadores de Eficácia				
4. <u>Receita Total</u>	81,75	64,79	71,83	89,18
Receita Total Orçada				
5. <u>Despesa Total</u>	79,62	64,16	68,36	82,30
Despesa Total Orçada				
6. <u>Investimento</u>	60,74	40,78	48,54	76,37
Investimento Final Previsto				
Indicadores de Eficiência/Produtividade				
7. <u>Investimento</u>	105,19	81,37	118,66	176,11
Despesas de Pessoal				
8. <u>Investimento</u>	829,83	626,72	1.210,79	1.254,78
Empréstimos Utilizado				

*Foram recalcados os indicadores para ter em consideração as indicações técnicas do SATAPOCAL



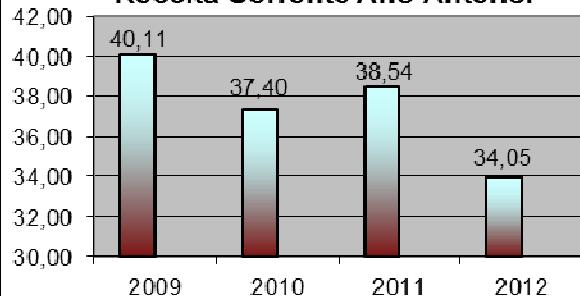
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

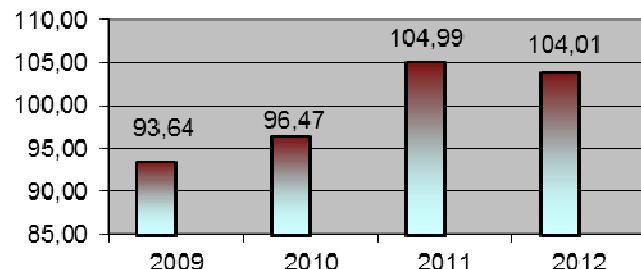
Exercício 2012



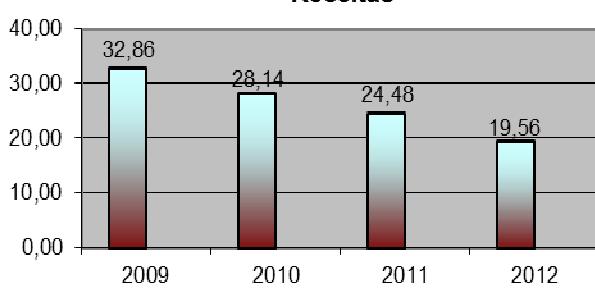
**Despesas Pessoal Quadro/
Receita Corrente Ano Anterior**



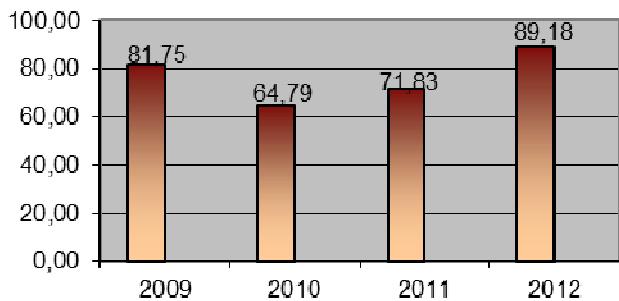
Receita Corrente / Despesa Corrente



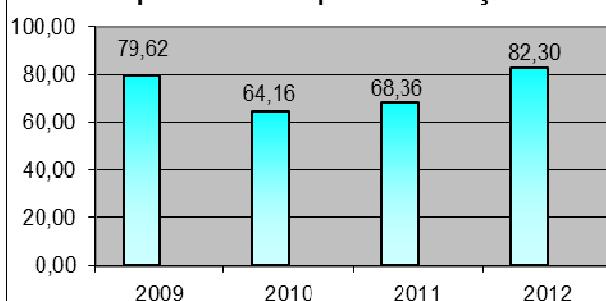
**Endividamento Médio e Longo Prazo /
Receitas**



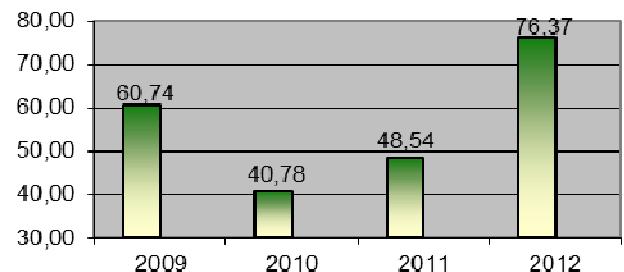
Receita Total/Receita Total Orçada



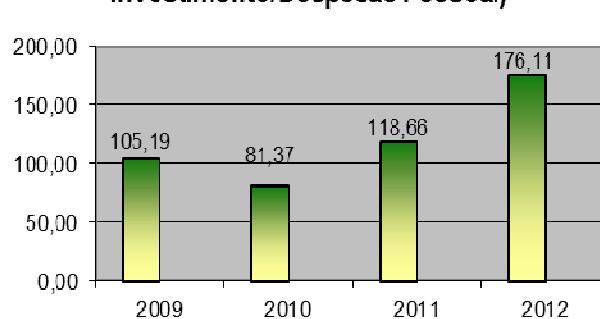
Despesa Total/Despesa Total Orçada



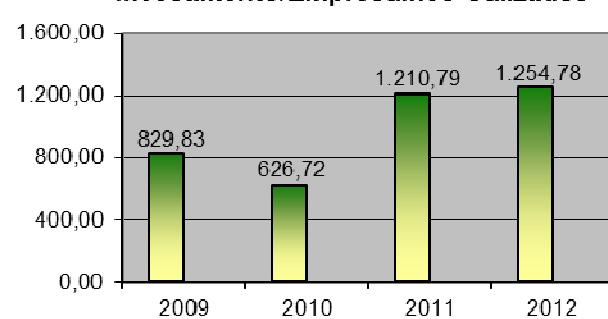
**Investimento/Investimento Final
Previsto**



Investimento/Despesas Pessoal)



Investimento/Empréstimos Utilizados





NOTAS EXPLICATIVAS

Equilíbrios Legais

1 – Peso da Despesa com “Pessoal do Quadro” na Receita Corrente do ano anterior

O apuramento deste indicador só considera para as despesas com pessoal, conforme instruções técnicas da DGAL, as despesas com remunerações, subsídio de refeição, subsídio de natal e de férias. Apresenta um valor médio, ao longo dos últimos quatro anos, de 37,52%, tendo sofrido um decréscimo de 11,66% em relação a 2011, atingindo o valor de 34,05%, por via da redução das despesas com o pessoal, permanecendo assim muito abaixo do limite que era estipulado no artigo 10º do Decreto-lei 116/84, de 6 de abril, com redação dada pela lei 44/85, de 13 de setembro (60% das receitas correntes do ano anterior). Contudo no ano económico de 2011 o Decreto-lei 116/84, de 6 de abril, foi revogado pelo Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, pelo que o referido limite já não se encontra em vigor.

2 – Peso da Receita Corrente na Despesa Corrente

Este indicador sofreu um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior. Em 2012 apresenta o valor de 104,01%, refletindo o facto das receitas correntes arrecadadas terem sido superiores às despesas correntes executadas, cumprindo-se assim o princípio do equilíbrio orçamental. O indicador diminuiu por via da redução das receitas correntes, tendo as despesas da mesma natureza sofrido também uma redução.

3 – Peso do endividamento de médio e longo prazos

Este indicador traduz o peso do endividamento de médio e longo prazos da autarquia nas receitas a considerar para efeitos de endividamento, situando-se, na gerência de 2012 em 19,56% das receitas, representando um decréscimo de 20,09% em relação ao ano anterior, quer por via da redução do endividamento de médio e longo prazos, quer pelo aumento das receitas para efeitos de endividamento. Apesar da disponibilização da verba do empréstimo anteriormente contratualizado (empréstimo ao BEI) a amortização de um empréstimo, para cumprimento do artigo 65º da LOE permitiu a redução do valor do endividamento desta natureza.



Indicadores de Eficácia

4 – Taxa de Execução da Receita

A taxa de execução global da receita foi de 89,18%, registando-se um acréscimo na execução da receita em relação ao ano transato de 24,16%, essencialmente devido à execução da receita de capital. A taxa média de execução da receita, no quadriénio, foi de 76,89%.

5 – Taxa de Execução da Despesa

A taxa de execução da despesa em 2012 também subiu, sofrendo um ligeiro acréscimo face ao ano transato de 20,39%, passando a representar 82,30% face ao previsto, essencialmente devido ao acréscimo verificado no investimento. Assim, a taxa média de execução da despesa, nos últimos quatro anos, passou a ser de 73,61%.

6 – Taxa de Execução das Despesas de Investimento

A capacidade de realização das despesas de investimento foi de 76,37%, representando um acréscimo bastante significativo face ao ano anterior de 57,31%, atingindo assim o valor mais elevado do quadriénio.

Indicador de Eficiência/Produtividade

7 – Investimento realizado por unidade paga ao pessoal

O indicador apresenta para o ano de 2012 um valor de 176,11%, verificando-se um acréscimo significativo de 48,42% em relação a 2011, quer como consequência do aumento significativo do investimento, quer pela redução das despesas com pessoal.

8- Investimento realizado por unidade utilizada de empréstimos

O indicador apresenta para o ano de 2012 um valor de 1.254,78%, significando que por cada unidade utilizada de empréstimo, foi investido 12,55. Este indicador sofreu um ligeiro acréscimo de 5,30% face ao ano transato devido ao aumento referido do investimento tendo mesmo o valor dos empréstimos utilizados aumentado.



RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

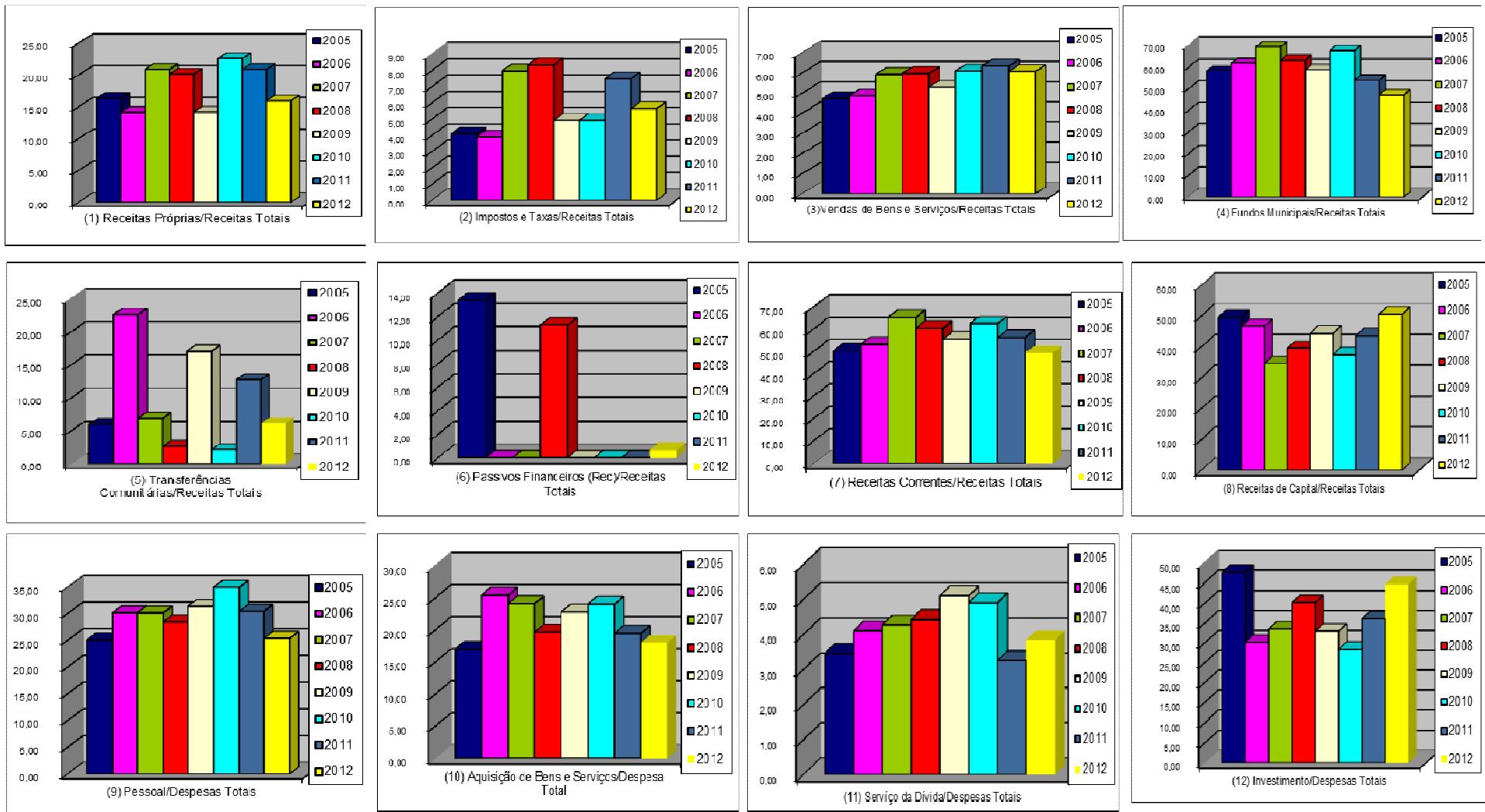
INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
(1) Receitas Próprias/Receitas Totais	16,34	14,15	20,89	20,14	14,18	22,59	20,89	20,89
(2) Impostos e Taxas/Receitas Totais	4,09	3,90	7,98	8,34	4,92	4,91	7,49	7,49
(3) Vendas de Bens e Serviços/Receitas Totais	4,72	4,86	5,92	5,96	5,29	6,09	6,34	6,34
(4) Fundos Municipais/Receitas Totais	58,28	61,87	69,57	63,33	58,89	67,77	54,11	54,11
(5) Transferências Comunitárias/Receitas Totais	10,10	22,62	6,90	2,69	17,08	2,20	12,77	12,77
(6) Passivos Financeiros (Rec)/Receitas Totais	13,36	0,00	0,00	11,24	0,00	0,00	0,00	0,00
(7) Receitas Correntes/Receitas Totais	50,40	53,33	65,39	60,50	55,69	62,54	56,40	56,40
(8) Receitas de Capital/Receitas Totais	49,60	46,67	34,61	39,50	44,31	37,46	43,60	43,60
(9) Pessoal/Despesas Totais	25,07	30,14	30,12	28,43	31,34	34,91	30,42	30,42
(10) Aquisição de Bens e Serviços/Despesa Total	16,97	25,43	24,11	19,66	22,79	24,02	19,47	19,47
(11) Serviço da Dívida/Despesas Totais	3,45	4,10	4,27	4,42	5,10	4,90	3,26	3,26
(12) Investimento/Despesas Totais	47,52	30,20	33,54	40,20	32,96	28,41	36,09	36,09
(13) Despesas Correntes/Despesas Totais	47,47	62,17	61,39	54,41	60,27	64,16	55,73	55,73
(14) Despesas de Capital/Despesas Totais	52,53	37,83	38,61	45,59	39,73	35,84	44,27	44,27
(15) Receitas Totais/Despesas Totais	96,21	108,42	93,91	98,97	102,00	98,97	103,75	103,75
(16) Receitas Correntes/Despesas Correntes	102,15	93,00	100,03	110,04	94,24	96,47	104,99	104,99
(17) Receitas de Capital/Despesas de Capital	90,85	133,77	84,19	85,76	113,77	103,43	102,18	102,18
(18) Pessoal/Receitas Correntes	51,69	52,13	49,05	47,47	55,17	56,40	51,98	51,98
(19) Receitas Próprias/Investimento	33,09	50,80	58,49	49,57	43,87	78,72	60,04	60,04
(20) Empréstimos /Investimento	7,27	13,59	12,74	11,00	15,49	17,27	9,02	9,02
(21) Fundos Municipais/Investimento	118,00	222,11	194,77	155,91	182,21	236,12	155,54	155,54
(22) F. Municipais/Investimento+ Tranf. Capital (Desp)	113,30	189,66	184,60	148,52	167,99	214,20	141,12	141,12



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

Exercício 2012

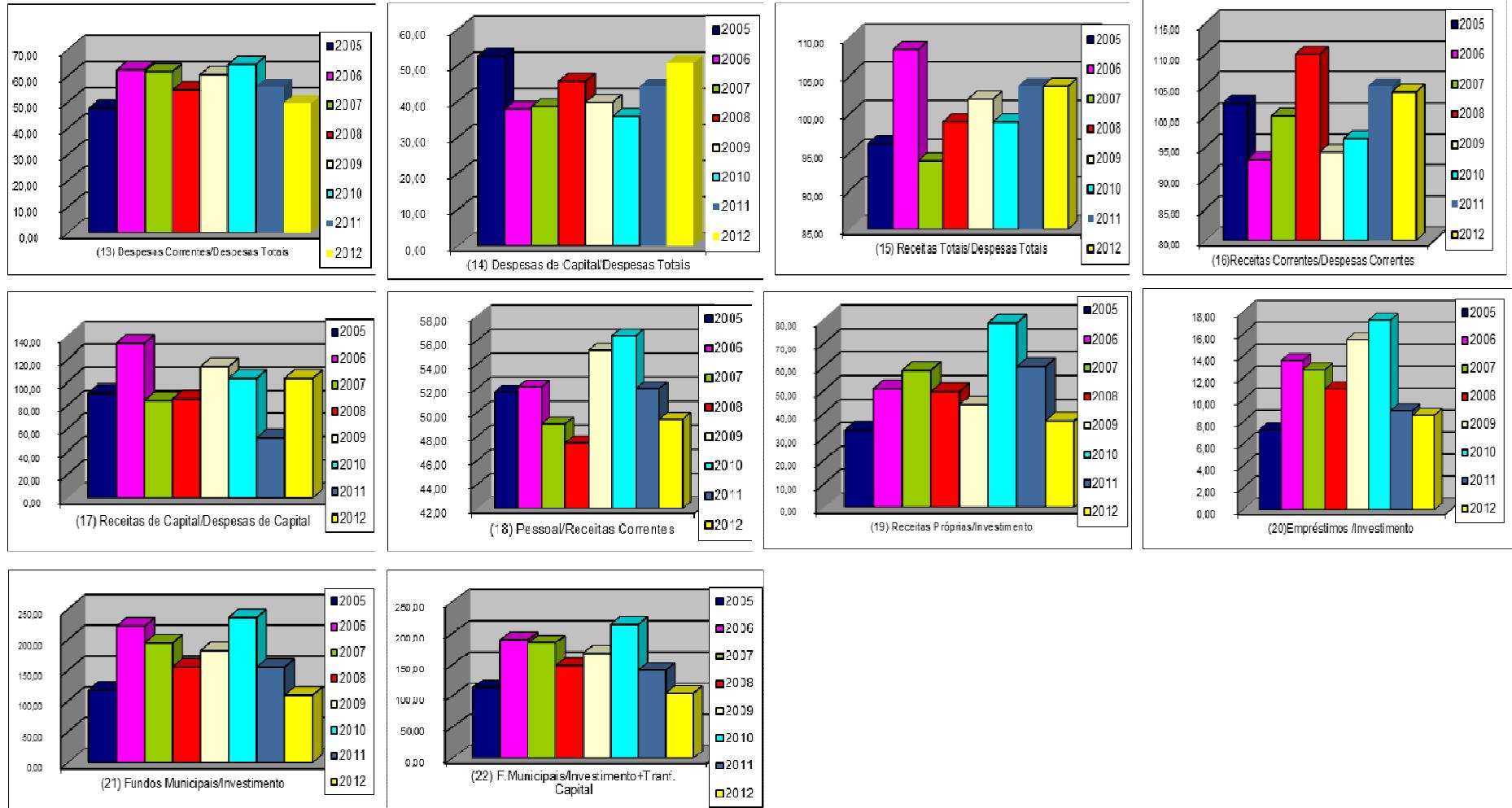




CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

Exercício 2012





NOTAS EXPLICATIVAS

Gráfico 1: Receitas Próprias/Receitas Totais

O baixo valor apresentado por este indicador, ao longo dos anos, variando entre os 14,15% e os 22,59%, reflete o baixo peso das receitas próprias no orçamento municipal e, consequentemente, o forte grau de dependência deste dos recursos alheios (empréstimos e transferências). O indicador sofreu, em 2012, um decréscimo bastante significativo (23,74%), atingindo o valor de 15,93%, tendo as receitas próprias do Município sofrido uma redução de 4,96% face ao ano transato. Para o valor deste indicador contribuiu o decréscimo das receitas próprias (18,23%) e o aumento das receitas totais (7,22%). A redução das receitas próprias ocorreu pela descida generalizada de todas as rubricas, sobretudo pela redução dos impostos diretos (derrama e IMT) e venda de bens de investimento.

Gráfico 2: Impostos e Taxas/Receitas Totais

Os impostos e taxas representam, em média, ao longo dos oito anos, 5,91% das receitas totais, apresentando um decréscimo de 24,68% face ao último ano e passando a representar 35,40% das receitas próprias da autarquia. O indicador atingiu assim, em 2012, o valor de 5,64%. Todas as rubricas relativas a impostos e taxa sofreram um decréscimo, sendo a redução mais significativa a dos impostos diretos (14,60%), tendo-se registado um ligeiro aumento das receitas globais arrecadadas.

Gráfico 3: Venda de Bens e Serviços/Receitas Totais

As vendas de bens e serviços correntes representam, em média, cerca de 5,66%, das receitas totais e cerca de 38,09% das receitas próprias da autarquia, arrecadadas em 2012. Neste último ano o indicador sofreu um ligeiro decréscimo (4,26%), apresentando um valor de 6,07%, obtido por via do aumento das receitas totais, tendo-se mesmo registado um acréscimo da venda de bens e serviços de 2,65% face ao ano transato.

Gráfico 4: Fundos Municipais/Receitas Totais

Os fundos municipais representaram em média, ao longo dos últimos anos, 60,14% das receitas totais, tendo-se registado, no ano de 2012, um valor de 47,28%. O decréscimo em relação ao ano transato, obteve-se quer por via do aumento das receitas totais, quer por via da redução dos fundos municipais provenientes do orçamento do estado, que sofreram um decréscimo de 6,31%, que teria sido igual à redução sofrida o ano transato caso tivesse sido arrecadada toda a verba referente à comparticipação variável no IRS.



Gráfico 5 : Transferências Comunitárias/Receitas Totais

Este indicador representa o peso das transferências de fundos comunitários, referente à participação de despesas correntes e de projetos de investimento, no total das receitas. Encontrando-se este indicador na dependência direta do montante transferido dos financiamentos aprovados, apresenta um comportamento muito instável. No ano de 2012, verificou-se um decréscimo significativo face ao ano anterior (51,66%), atingindo o indicador o valor de 6,17%, obtido por via da diminuição da receita comunitária arrecadada, tendo mesmo aumentado as receitas totais. No final de 2012 existia um valor de € 75.058,73 em pedidos de pagamento já efetuados e não reembolsados.

Gráfico 6 :Passivos Financeiros (Receitas)/Receitas Totais

O valor deste indicador está diretamente relacionado com a contratação de empréstimos e respetiva libertação de capital. Em virtude de ter ocorrido a libertação da verba do empréstimo anteriormente contratualizado com o BEI, essa receita representou 0,65% das receitas totais arrecadadas.

Gráfico 7: Receitas Correntes/Receitas Totais

As receitas correntes arrecadadas pelo município têm representado, em média, ao longo dos últimos oito anos, cerca de 56,72% das receitas totais. No ano de 2012 as receitas correntes representam cerca de 49,49% das receitas totais, tendo o indicador sofrido um decréscimo em cerca de 12,25% quer por via da redução das receitas correntes, que contrariamente ao ano transato sofreram um decréscimo em 5,92% quer pelo aumento das receitas totais, derivando este do acréscimo das receitas de capital (24,21%).

Gráfico 8: Receitas Capital/Receitas Totais

As receitas de capital representaram, ao longo dos anos, uma média de 43,28% das receitas totais. Este indicador, com comportamento inverso ao anterior, sofreu um aumento em cerca de 15,85%, representando, em 2012, as receitas de capital mais de metade (50,51%) das receitas totais arrecadadas.

Gráfico 9: Pessoal/Despesas Totais

O peso dos gastos com o pessoal representou em média, ao longo dos últimos anos, 29,47% das despesas totais da autarquia, nunca ultrapassando os limites impostos por lei. No ano de 2012, o indicador apresentou um valor de 25,37%, representando um



decréscimo de 16,57% face ao ano transato. O decrescimo deste indicador ocorreu quer por via da redução das despesas com pessoal, que decresceram 10,53%, quer pelo aumento nas despesas totais (7,25%).

Gráfico 10: Aquisição de bens e serviços /Despesas Totais

Este indicador representa, em média, 21,31% das despesas da autarquia, apresentando para o ano de 2012 o valor de 18,02%, tendo-se verificado uma redução das aquisições de bens e serviços face ao ano transato. A redução deste indicador está essencialmente relacionada com o aumento das despesas totais.

Gráfico 11: Serviço da dívida /Despesas Totais

Este indicador traduz o peso dos encargos decorrentes da contratação de empréstimos de médio e longo prazo no total das despesas do município, apresentando um valor médio para os oito últimos anos de 4,17%. Pelos valores apresentados pelo indicador ao longo do tempo, é visível o fraco peso deste tipo de despesa no valor global das despesas. Este indicador, que tem vindo a aumentar ligeiramente nos últimos anos, em virtude da utilização dos empréstimos contratados, sofreu um acréscimo de 17,96% face ao ano anterior, representando, em 2012, o serviço da dívida dos oito empréstimos contratualizados 3,84% das despesas totais da autarquia.

Gráfico 12 :Investimentos/Despesas Totais

Este indicador reflete o peso do investimento na execução das despesas, tendo-se verificado ao longo dos últimos oito anos que o mesmo varia entre 28% e 48%. Na gerência de 2012 o indicador apresenta um valor de 44,69%, representando um acréscimo de 23,82%, face ao ano anterior, reflexo direto do aumento verificado na aquisição de bens de Investimento (32,80%), tendo mesmo as despesas totais aumentado.

Gráfico 13: Despesas Correntes/Despesas Totais

O peso das despesas correntes no total das despesas da autarquia, representou, em média, ao longo dos últimos oito anos, um valor de 56,87%. Na gerência de 2012, as despesas correntes representaram 49,35% das despesas totais, correspondendo a um decrescimo de 11,45% em relação ao ano anterior, como consequência do decrescimo verificado nas rubricas com maior peso na despesa de natureza corrente e do acréscimo das despesas totais (7,25%).



Gráfico 14: Despesas Capital/Despesas Totais

Este indicador, sendo um complemento do anterior, tem comportamento inverso. Da comparação entre as despesas de capital e as despesas totais, têm resultado valores entre 36% e 53%. No ultimo ano, o indicador sofreu novamente um acréscimo (14,42%), representando as despesas de capital 50,65% das despesas totais, essencialmente devido ao acréscimo ocorrida na despesa de capital, tendo-se mesmo verificado uma redução da despesa total. Deste modo reduziu o peso das despesas correntes e, consequentemente, aumentou o peso das despesas de capital no total das despesas.

Gráfico 15: Receitas Totais/Despesas Totais

Da comparação entre as receitas e as despesas totais obtêm-se valores médios de 100,74%. No ano de 2012 o indicador atingiu o valor de 103,72%, significando que as receitas arrecadadas foram superiores às despesas realizadas.

Gráfico 16: Receitas Correntes/Despesas Correntes

O valor deste indicador tem variado ao longo dos oito anos entre os 93% e os 105%, apresentando em 2012 o valor de 104,01%, valor muito próximo do atingido no ano anterior. O valor do indicador reflete o facto da receita corrente arrecadada ter sido superior à despesa suportada da mesma natureza e, consequentemente, contribuiu assim para a verificação do princípio do equilíbrio na execução corrente.

Gráfico 17: Receitas Capital/Despesas Capital

Ao longo dos anos o peso médio das receitas de capital no total das despesas de capital foi de 102,17%. Na gerência de 2012, este indicador apresenta um ligeiro acréscimo face ao ano transato (1,22%), atingindo o valor de 103,43%, traduzido o facto do acréscimo verificado nas receitas de capital (24,21%), ter sido superior ao aumentado das despesas de capital (22,72%).

Gráfico 18: Pessoal/Receitas Correntes

A despesa com pessoal representou, no ano de 2012, cerca de 49,43%, das receitas correntes arrecadadas pela autarquia, correspondendo a um decréscimo de 4,90% resultante da redução das despesas com pessoal tendo mesmo as receitas correntes sofrido também um decréscimo (5,92%). Esta rubrica da despesa tem-se mantido, ao longo dos anos, entre os 47% e 56%, mantendo-se numa média de 51,67%, ou seja, mais de metade da receita corrente é utilizada em despesas com o pessoal.



Presentemente, ao ser revogado artigo 10º do Decreto-lei 116/84, de 6 de abril, com redação dada pela lei 44/85, de 13 de setembro, pelo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais (DL 305/2009, de 23 de outubro), foi abolido os limites às despesas com pessoal do quadro e ao pessoal em qualquer outra situação.

Gráfico 19: **Receitas Próprias/Investimentos**

O valor apresentado por este indicador, ao longo dos anos não é muito significativo, devido ao facto, já mencionado, da baixa execução das receitas próprias da autarquia, contudo o indicador é influenciado inversamente pelo valor do investimento ocorrido no respetivo ano. Desta forma, no ano de 2012, as receitas próprias representaram apenas 36,97% do investimento, representando um decréscimo significativo de 38,43% face ao ano transato, em virtude da redução das receitas próprias (4,96%) e do aumento significativo que se fez sentir no investimento (32,80%).

Gráfico 20: **Empréstimos/Investimentos**

Este indicador representa o peso do recurso a capitais alheios no total do investimento. É influenciado diretamente pelo aumento do recurso a empréstimos e inversamente pelo aumento do investimento. O indicador sofreu um decréscimo em 2012 (4,73%), atingindo o valor de 8,59%, reflexo do aumento significativo do investimento, tendo-se mesmo verificado um aumento dos encargos com empréstimos.

Gráfico 21: **Fundos Municipais/Investimentos**

O indicador é influenciado diretamente pelo volume de fundos transferidos do orçamento do estado e inversamente pelo montante do investimento. Em 2012 o indicador apresenta um valor de 109,74%, representando um decréscimo em relação ao ano anterior (29,45%), reflexo da redução dos fundos municipais e do incremento do investimento.

Gráfico 22: **Fundos Municipais/(Investimentos + Transferências Capital)**

Este indicador compara o peso dos fundos transferidos do orçamento do estado na totalidade das despesas de investimento e das transferências de capital da autarquia. O indicador tem apresentado grandes oscilações, apresentando um valor médio de 157,94% e atingindo em 2012 o valor de 104,15%, representando um decréscimo de 26,20% face ao ano transato, reflexo do significativo acréscimo no investimento e da redução dos fundos municipais.



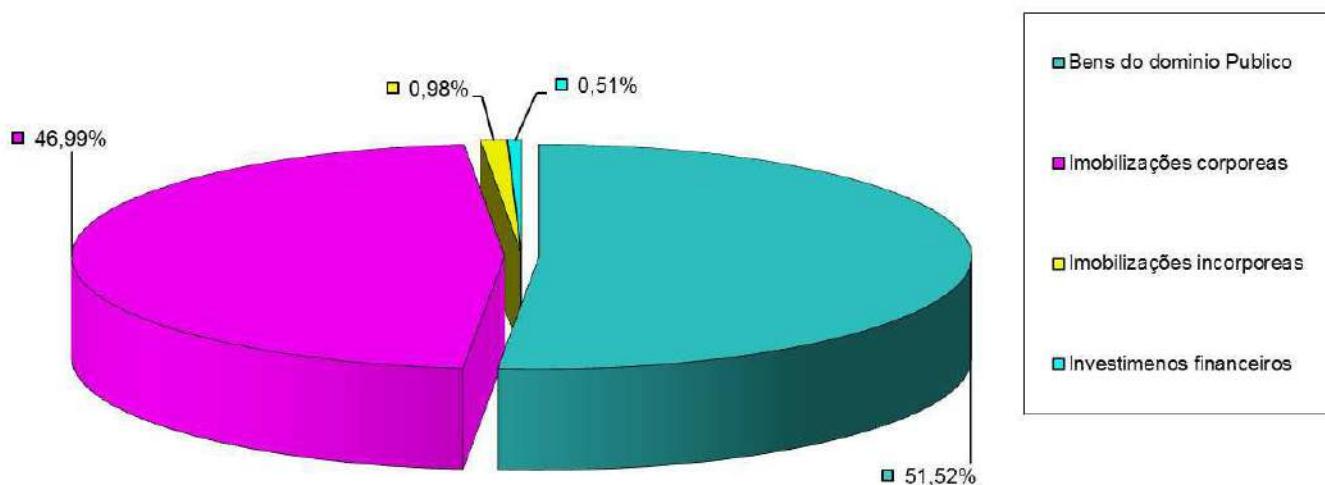
4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 Estrutura do Imobilizado Líquido

No ano de implementação da contabilidade patrimonial no Município de Vila Velha de Ródão, ano de 2002, o património municipal apresentava o valor de €15.774.022,43. No exercício de 2012, o Património Municipal registou o valor do imobilizado líquido de € **31.663.296,53**, valor este que representa 94,05% do total do ativo líquido, essencialmente pela inscrição de novos bens.

O imobilizado é constituído por bens de domínio público e imobilizações corpóreas em proporções aproximados, 51,52% e 46,99%, correspondendo a valores de € 16.313.700,97 e € 14.877.810,86, respetivamente, tendo-se verificado um aumento dos bens do domínio público face ao ano anterior (11,09%). A restante parte do imobilizado é muito pouco significativa e reparte-se entre imobilizações incorpóreas e investimentos financeiros, representando cerca de 1,49% do imobilizado total.

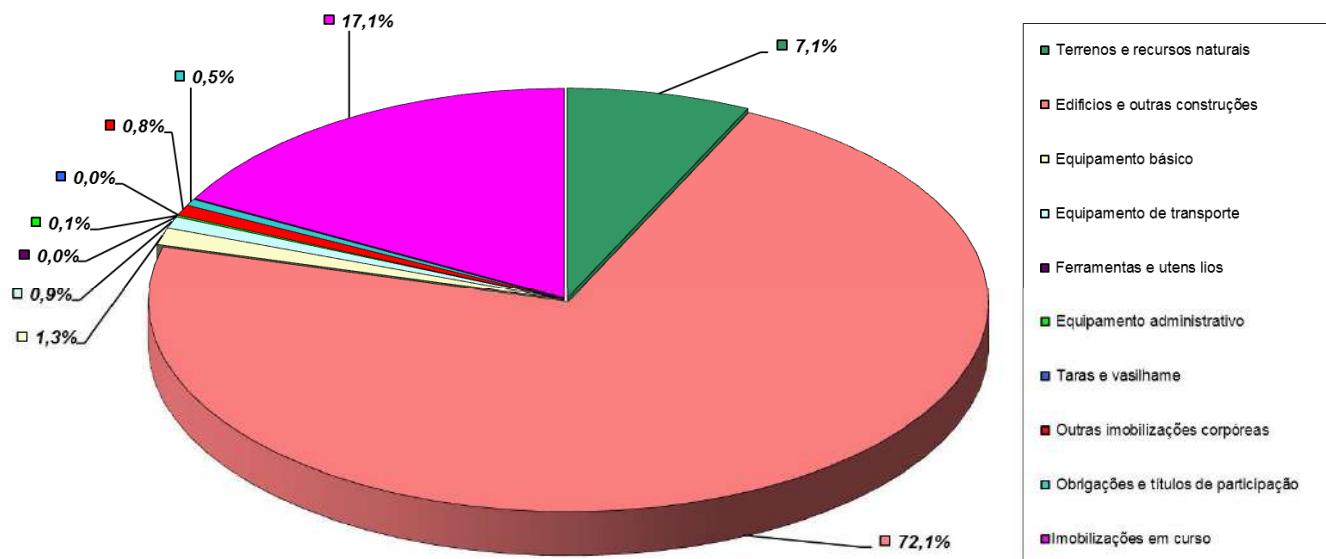
ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO





A conta com maior peso na estrutura do imobilizado líquido respeita a “Edifícios e Outras Construções”, com um peso de 72,14%, que sofreu um acréscimo de 14,78% face ao ano anterior, correspondendo a cerca de 22.840 mil euros, onde se encontram inscritos, para além dos edifícios, as outras construções como estradas, caminhos, arruamentos e passeio, parques e jardins e as infraestruturas relacionadas com os serviços de água e saneamento. Segue-se a conta “Imobilizações em Curso”, com um peso de 17,12%, que sofreu um decréscimo (11,09%) em relação ao ano transato, atingindo um valor de 5.421 mil euros e “Terrenos e Recursos Naturais”, com um peso de 7,08% e um valor de 2.241 mil euros. As contas relativas a “Equipamento Básico”, “Equipamento de Transporte” e “Outras Imobilizações Corpóreas”, apresentam valores pouco significativos, representando 3,03% da estrutura do imobilizado líquido.

ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO - POR TIPO DE BEM





4.2 Análise Económica

PROVEITOS

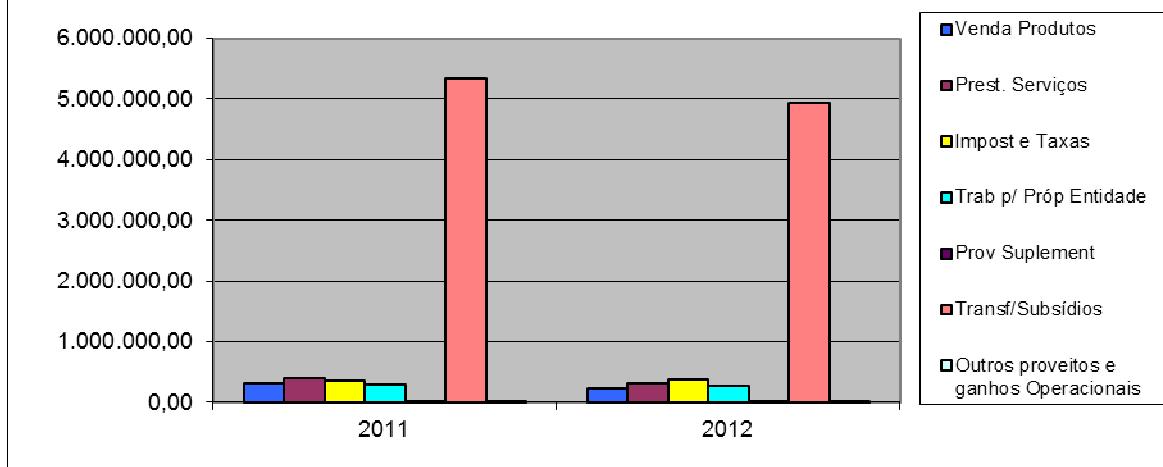
Estrutura Proveitos	2011		2012		$\Delta_{2011/2012}$	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos Operacionais	6.733.732,11	87,01	6.155.097,58	88,91	-578.634,53	-8,59
Proveitos e Ganhos Financeiros	257.567,72	3,33	263.649,62	3,81	6.081,90	2,36
Proveitos Extraordinários	747.844,91	9,66	503.886,23	7,28	-243.958,68	-32,62
TOTAL	7.739.144,74	100,00	6.922.633,43	100,00	-816.511,31	-10,55

Os proveitos atingiram, no exercício de 2012, o valor de € **6.922.633,43** representando um decréscimo de 10,55% face ao ano anterior, correspondendo a uma redução em cerca de 817 mil euros, tendo-se verificado um decréscimo nos proveitos operacionais e nos proveitos extraordinários. A estrutura de proveitos é constituído essencialmente por proveitos de natureza operacional, que representam 88,91% do total dos proveitos, tendo esta rubrica sofrido um decréscimo de 8,59%, o que correspondeu a uma redução deste tipo de proveito em cerca de 579 mil euros. Os proveitos extraordinários, que representaram 7,28% do total dos proveitos, registaram um decréscimo percentual significativo, face ao ano transato (32,62%), representando uma redução em cerca de 244 mil euros. Finalmente os proveitos e ganhos financeiros, com peso de 3,81%, sofreram um ligeiro acréscimo em cerca de 6 mil euros (2,36%).

Proveitos Operacionais	2011		2012		$\Delta_{2010/2012}$	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Venda de Produtos	320.545,03	4,76	232.922,87	3,78	-87.622,16	-27,34
Prestação de Serviços	404.134,35	6,00	311.677,90	5,06	-92.456,45	-22,88
Impostos e Taxas	363.967,68	5,41	384.321,22	6,24	20.353,54	5,59
Trabalhos para Própria Entidade	296.918,01	4,41	273.996,91	4,45	-22.921,10	-7,72
Proveitos Suplementares	6.176,74	0,09	5.729,44	0,09	-447,30	-7,24
Transferências e Subsídios Obtidos	5.334.377,80	79,22	4.938.814,24	80,24	-395.563,56	-7,42
Outros proveitos e ganhos Operacionais	7.612,50	0,11	7.635,00	0,12	22,50	0,30
TOTAL	6.733.732,11	100,00	6.155.097,58	100,00	-578.634,53	-8,59



Proveitos Operacionais 2011/2012



Os proveitos operacionais do exercício totalizaram **€ 6.155.097,58** representando um decréscimo de 8,59 %, face ao ano transato, a que correspondeu uma redução em valor de 579 mil euros, contribuindo para tal facto a descida generalizada das várias contas que constituem os proveitos desta natureza. Este tipo de proveitos é constituído essencialmente por “Transferências e Subsídios Obtidos” (80,24%), tendo-se verificado nesta conta um decréscimo de 7,42%, traduzindo-se numa redução de valor em cerca de 396 mil euros, atingido assim esta conta o valor de 4.939 mil euros. De um modo geral todas as contas dos proveitos operacionais sofreram um decréscimo, á exceção dos “Outros Proveitos e Ganhos Operacionais” e dos “Impostos e Taxa” tendo estes últimos, com um peso de 6,24% na estrutura dos proveitos operacionais, sofrido um acréscimo de 5,59%. As contas “Vendas de Produtos” e “Prestação de Serviços”, com um peso de 3,78% e 5,06%, respetivamente, na estrutura de proveitos operacionais, verificaram também reduções de valor em cerca de 88 mil euros e 92 mil euros, respetivamente.



CUSTOS

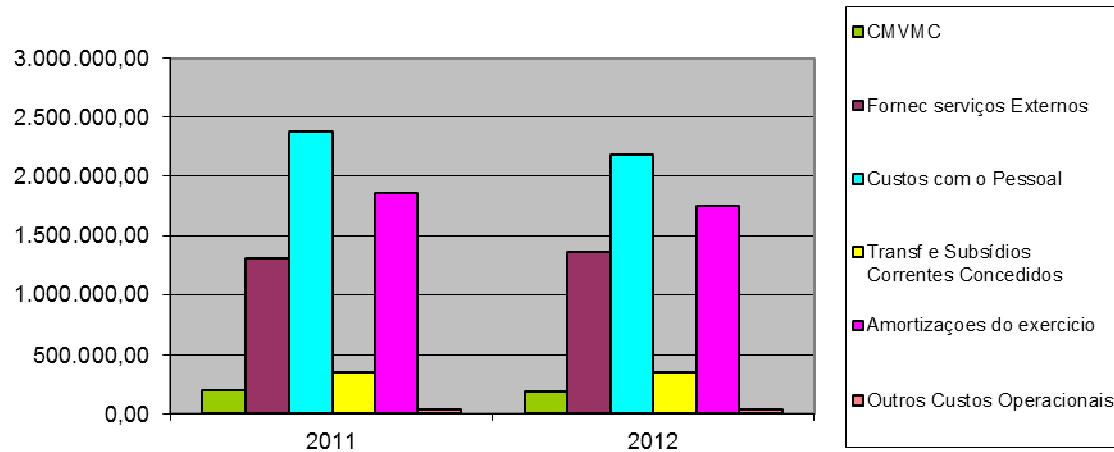
Estrutura custos	2011		2012		$\Delta_{2011/2012}$	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Operacionais	6.138.874,11	90,05	5.859.229,39	94,67	-279.644,72	-4,56
Custos e Perdas Financeiros	31.188,93	0,46	31.659,19	0,51	470,26	1,51
Custos e Perdas Extraordinários	646.872,35	9,49	298.092,65	4,82	-348.779,70	-53,92
TOTAL	6.816.935,39	100,00	6.188.981,23	100,00	-627.954,16	-9,21

Os custos totalizaram, em 2012, um valor de **€ 6.188.981,23**, representando um decréscimo de 9,21% relativamente ao ano transato, tendo-se verificado um decréscimo generalizado em todos as naturezas de custos, à exceção dos custos e perdas extraordinários, que representam apenas 0,51% na estrutura de custos e sofreram um acréscimo de apenas 1,51%. Os custos são constituídos essencialmente por custos operacionais, representando 94,67% do total dos custos e atingiram cerca de 5.859 mil euros, tendo sofrido um decréscimo de 4,56%, correspondendo a uma redução em cerca de 280 mil euros. A natureza de custos que sofreu o maior decréscimo (53,92%) foi os custos e perdas extraordinário, que representam 4,82% da estrutura de custos, correspondendo a uma redução dos custos em cerca de 349 mil euros.

Custo Operacionais	2011		2012		$\Delta_{2011/2012}$	
	Valor	Valor	Valor	%	Valor	%
CMVMC	201.899,47	3,29	182.446,96	3,11	-19.452,51	-9,63
Fornecimentos e Serviços Externos	1.305.539,98	21,27	1.355.433,90	23,13	49.893,92	3,82
Custos com o Pessoal	2.381.004,72	38,79	2.185.795,05	37,31	-195.209,67	-8,20
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	351.795,70	5,73	350.363,36	5,98	-1.432,34	-0,41
Amortizações do exercício	1.860.018,21	30,30	1.750.892,48	29,88	-109.125,73	-5,87
Outros Custos Operacionais	38.616,03	0,63	34.297,64	0,59	-4.318,39	-11,18
TOTAL	6.138.874,11	100,00	5.859.229,39	100,00	-279.644,72	-4,56



Custos Operacionais 2011/2012



Os custos operacionais do exercício de 2012 totalizaram **€ 5.859.229,39**, tendo também sofrido um decréscimo, em cerca de 280 mil euros (4,56%), face ao ano anterior. A conta com maior peso na estrutura dos custos operacionais (37,31%), os “Custos com o Pessoal” atingiu o valor de 2.186 mil euros, tendo registado um decréscimo em cerca de 195 mil euros (8,20%). A conta “Amortizações do Exercício”, com um peso de 29,88%, sofreu um decréscimo de 5,87%, correspondendo a uma redução em cerca de 109 mil euros. Contrariamente às restantes contas que constituem os custos operacionais, os “Fornecimentos e Serviços Externos”, com um peso de 23,13%, sofreram um acréscimo de 3,82%, representando um aumento dos custos em cerca de 50 mil euros. A conta Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”, com um peso de 3,11% na estrutura deste tipo de custos, registou um decréscimo de 9,63%, correspondendo a uma redução dos custos em cerca de 19 mil euros. As restantes contas desta natureza de custos registaram decréscimos, pouco significativos.

RESULTADOS

No exercício de 2012 apurou-se um resultado líquido do exercício de **€ 733.652,20**. O resultado líquido foi gerado do seguinte modo:

- Resultados Operacionais..... € 295.868,19
- Resultados Financeiros..... € 231.990,43
- Resultados Extraordinários..... € 205.793,58

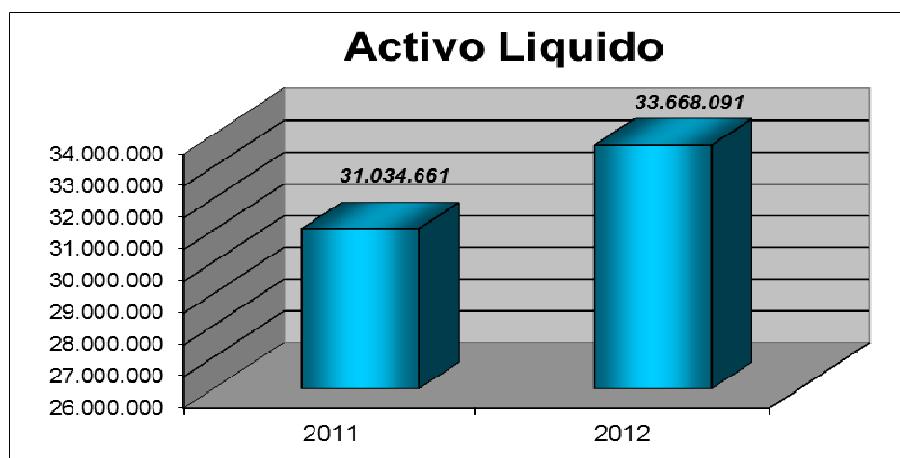


4.3 Análise Financeira

ATIVO

Em 2012 o Ativo Líquido do município atingiu o valor de **€ 33.668.091,48**, correspondendo a um acréscimo (68,49%) face ao ano anterior, em cerca de 2.633 mil euros. Para esta situação contribuiu o aumento generalizado de todas as classes do ativo, à exceção das “Existências”, única classe onde se verificou um decréscimo (8,25%), contudo, face ao seu peso na estrutura do ativo (0,52%), apenas representou uma redução de valor em cerca de 16 mil euros. O acréscimo registado no ativo deveu-se essencialmente ao aumento, em cerca de 2.255 mil euros, registado na classe do “Imobilizado”, classe com maior peso na estrutura do ativo (94,05%), tendo atingido o valor de 31.663 mil euros, reflexo da alteração ao nível de abates e aumentos ao património municipal. O maior acréscimo (67%), face ao ano transato, ocorreu nas Disponibilidades, correspondendo a um aumento em cerca de 317 mil euros, atingindo o valor de 789 mil euros. Os “Acréscimos e Diferimentos”, com um peso relativo no ativo de 1,23%, sofreram um aumento em cerca de 52 mil euros. A classe das “Dívidas de Terceiros”, com um peso relativo no ativo de 1,86%, registou um acréscimo em cerca de 26 mil euros, atingindo o valor de 626 mil euros.

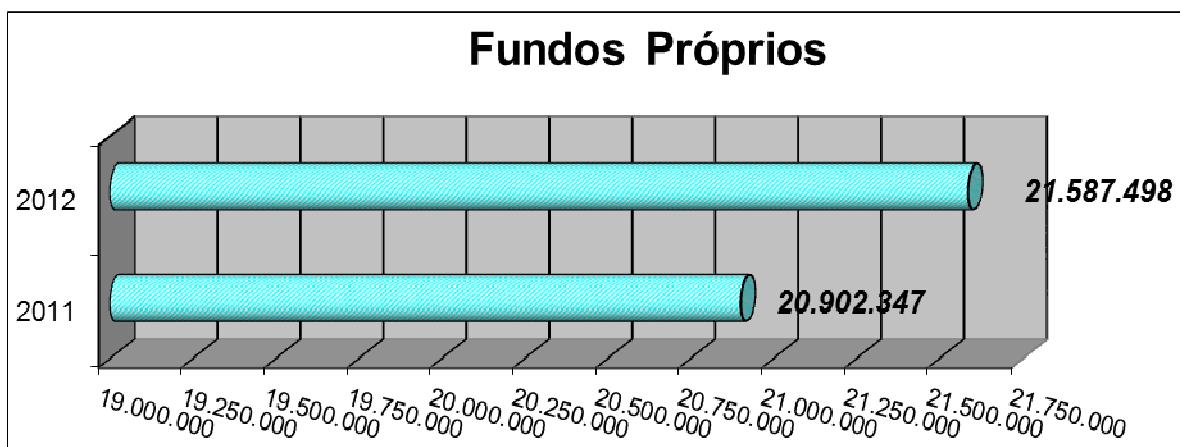
Ativo	2011		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	29.408.778,29	94,76	31.663.296,53	94,05	2.254.518,24	7,67
Existências	191.548,27	0,62	175.754,39	0,52	-15.793,88	-8,25
Dívidas de terceiros	599.459,67	1,93	625.802,92	1,86	26.343,25	4,39
Disponibilidades	472.726,04	1,52	789.441,81	2,34	316.715,77	67,00
Acréscimos e Diferimentos	362.148,72	1,17	413.795,83	1,23	51.647,11	14,26
TOTAL	31.034.660,99	100,00	33.668.091,48	100,00	2.633.430,49	8,49





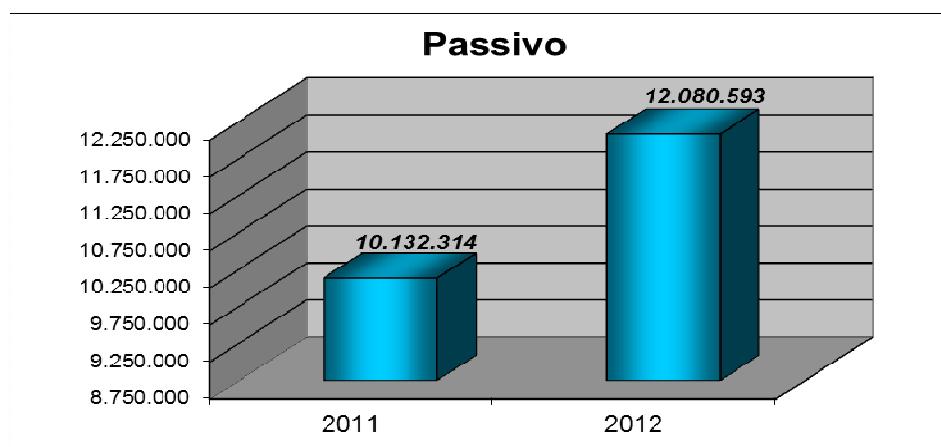
FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios atingiram, em 2012, **€ 21.587.498,23**, contribuindo para este valor essencialmente o Património com € 19.225.876,82, classe que representa 89,06% dos fundos próprios. Relativamente ao ano anterior, os Fundos Próprios sofreram um acréscimo (3,17%) em cerca de 685 mil euros, tendo contribuído para este facto essencialmente o acréscimo do património, em cerca de 413 mil euros e das reservas legais (28,89%), em cerca de 461 mil euros, tendo mesmo o resultado líquido do exercício sofrido um decréscimo (25,70%), face ao ano transato, de 189 mil euros, atingindo o valor de 734 mil euros.



PASSIVO

No exercício de 2012, o Passivo do Município de Vila Velha de Ródão atingiu **€ 12.080.593,25**, correspondendo a um acréscimo em cerca de 1.948 mil euros (19,23%) comparativamente ao exercício anterior. Para esta situação contribui o acréscimo da classe com maior peso na estrutura do passivo, os “Acréscimos e Diferimentos” que sofreu um aumento de valor em cerca de 2.193 mil euros, tendo mesmo as “Dividas a Terceiros de Médio o Longo Prazo”, sofrido uma redução (19,96%) em cerca de 249 mil euros.





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

Exercício 2012



Passivo	2011		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dividas a Terceiros M/L Prazo	1.247.137,10	12,31	998.156,56	8,26	-248.980,54	-19,96
Dividas a Terceiros Curto Prazo	146.368,21	1,44	150.639,85	1,25	4.271,64	2,92
Acréscimos e Diferimentos	8.738.809,00	86,25	10.931.796,84	90,49	2.192.987,84	25,09
TOTAL	10.132.314,31	100,00	12.080.593,25	100,00	1.948.278,94	19,23

A classe dos “Acréscimos e Diferimentos” revestem especial importância no passivo municipal, na medida em que a integram os proveitos diferidos, passando esta classe a representar 90,49% do valor do passivo, tendo-se verificado um acréscimo face ao ano transato (25,09%) em cerca de 2.193 mil euros, passando a apresentar o valor de 10.932 mil euros. A classe das “Dívidas de Médio e Longo Prazos,” com um peso de 8,26% no passivo sofreu um decréscimo em cerca de 249 mil euros, fruto da amortização da dívida dos empréstimos contratados. As “Dividas a Terceiros de Curto Prazo”, sofreram um acréscimo insignificante de 2,92%.

Dividas a terceiros	2011		2012	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos m/l prazo	1.247.137,10	89,50	998.156,56	86,89
Fornecedores c/c	68.545,55	4,92	44.862,97	3,91
Fornec.c/ Faturas em conferência	1.618,65	0,12	27,87	0,00
Fornecedores de Imobilizado c/c	24.680,83	1,77	79.623,18	6,93
Estado e Outros Entes Públicos	19.121,75	1,37	16.020,30	1,39
Outros Credores	31.922,29	2,29	9.626,39	0,84
Cauções de Clientes	479,14	0,03	479,14	0,04
TOTAL	1.393.505,31	100,00	1.148.796,41	100,00

As Dividas a Terceiros, atingiram o valor de € 1.148.796,41, representaram um decréscimo, face ao ano anterior, de 17,56%, o que correspondeu a uma diminuição das dívidas a terceiros em cerca de 245 mil euros. A generalidade das contas que constituem as dívidas a terceiros sofreram uma redução, à exceção dos “Fornecedores de Imobilizado Conta Corrente”, que sofreram um acréscimo em cerca de 55 mil euros e passaram a representar 6,93% das dívidas a terceiros, atingindo o valor de € 79.623,18. A maior redução em valor, 249 mil euros, foi observada na conta “Empréstimos de Médio e Longo Prazos”, que passou a registar o valor de € 998.156,56, representando este tipo de dívidas cerca de 86,89% do total das dívidas do município. Os “Outros Credores” apresentaram um decréscimo de 69,84%, mas face ao seu peso nas dívidas a terceiros (0,84%), apenas reduziram cerca de 22 mil euros. Os “Fornecedores conta corrente” sofreram um decréscimo de 34,55%, correspondendo a uma redução em valor de 24 mil euros.



5. APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

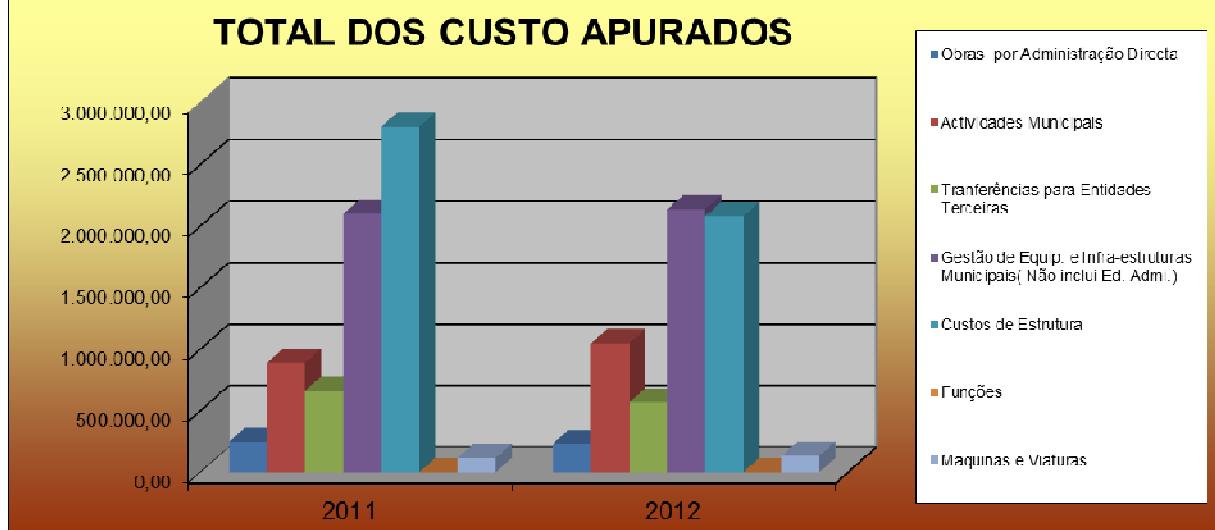
No ano de 2010, iniciou-se o processo de implementação da Contabilidade de Custos, processo bastante complexo e rigoroso, impossível de alcançar sem o empenho de todos os colaboradores do Município. Após um árduo trabalho e apesar de algumas imprecisões que o mesmo possa ainda contemplar, resultado da recente aprendizagem e manuseamento da estrutura de custos criada nas aplicações, sendo necessário manter o trabalhão de melhoria contínua do sistema, para o qual o contributo de cada um é indispensável, foi possível apurar os resultados que a seguir se apresentam.

TOTAL DOS CUSTO APURADOS

Contabilidade de Custos	2011	2012
Custos Diretos a Bens	244.914,65	230.261,21
Custos Diretos a Atividades	6.572.020,74	5.958.720,02
Custos Diretos a Funções	0,00	0,00
Custos por Funções	6.816.935,39	6.188.981,23

Grupos	Designação dos Grupos	2011	2012
91	Obras por Administração Direta	244.914,65	230.261,21
92	Atividades Municipais	888.692,70	1.045.129,12
93	Transferências para Entidades Terceiras	662.755,08	564.882,19
94	Gestão de Equip. e Infraestruturas Municipais (Não inclui Ed. Admin.)	2.097.351,90	2.136.490,33
95	Custos de Estrutura	2.808.161,01	2.079.475,87
99	Maquinas e Viaturas	115.060,05	132.742,51
TOTAL		6.816.935,39	6.188.981,23

TOTAL DOS CUSTO APURADOS

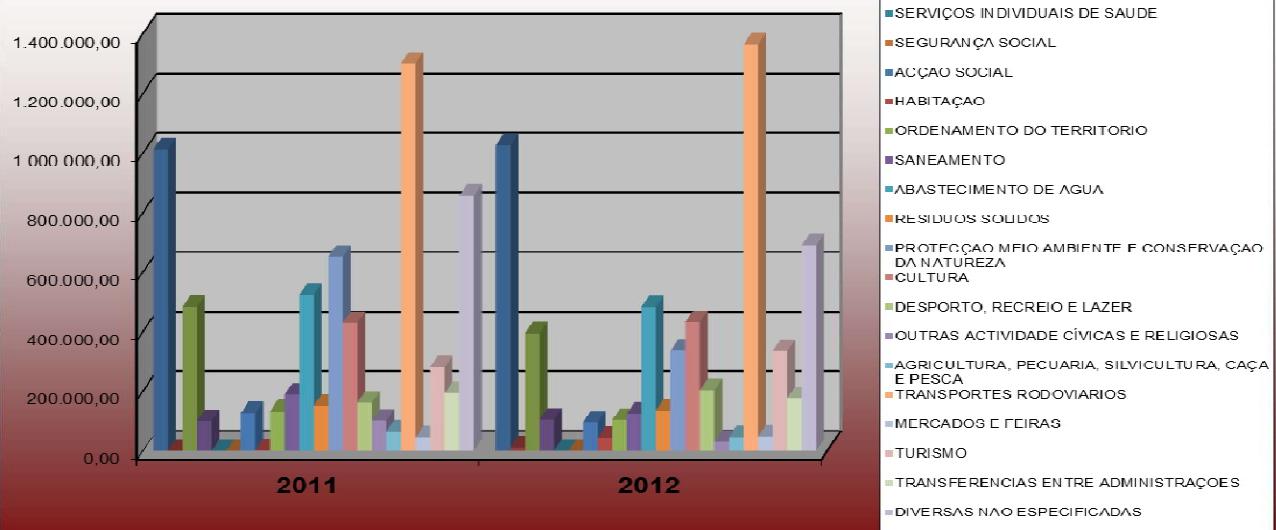




APURAMENTO DE CUSTOS POR FUNÇÕES

Função	Designação da Função	2011	2010
111	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.013.747,02	1.026.937,72
121	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCENDIOS	0,00	11.611,53
211	ENSINO NAO SUPERIOR	483.435,77	394.610,69
212	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	100.395,33	104.786,92
221	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAUDE	80,39	0,00
231	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	0,00
232	ACÇÃO SOCIAL	127.067,58	96.545,12
241	HABITAÇÃO	1.574,04	43.454,56
242	ORDENAMENTO DO TERRITORIO	133.308,19	104.219,24
243	SANEAMENTO	189.200,10	124.837,54
244	ABASTECIMENTO DE AGUA	524.064,41	482.438,78
245	RESIDUOS SOLIDOS	151.397,30	136.449,98
246	PROTECÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	652.116,13	336.221,93
251	CULTURA	430.285,16	432.367,60
252	DESPORTO, RECREIO E LAZER	161.753,83	203.731,46
253	Outra ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	102.027,40	30.594,36
310	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	65.125,33	45.291,11
331	TRANSPORTES RODOVIARIOS	1.301.824,27	1.364.322,68
341	MERCADOS E FEIRAS	44.955,97	47.439,23
342	TURISMO	282.372,42	334.520,00
420	TRANSFERENCIAS ENTRE ADMINISTRAÇOES	194.262,72	177.246,91
430	DIVERSAS NAO ESPECIFICADAS	857.942,03	691.353,87
	TOTAL	6.816.935,39	6.188.981,23

APURAMENTO DE CUSTOS POR FUNÇÕES





6. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Conforme se observa no quadro seguinte, o valor do Endividamento Líquido resultante da contratação de empréstimos, para o ano de 2012, sofreu uma redução de **€ 248.980,54**, resultante da amortização de capital dos empréstimos contratados e da contratação de um novo empréstimo.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA	2011	2012
1. Capital em Dívida a 1 de janeiro	1.486.878,95	1.247.137,10
2. Receitas provenientes de Empréstimos	0	58.227,22
3. Amortização da Capital	239.741,85	307.207,76
4. Capital em Dívida a 31 dezembro (1+2-3)	1.247.137,10	998.156,56
5. Endividamento Líquido (4-1)	-239.741,85	-248.980,54

Em conformidade com o estipulado no art.º 37º e 39º na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais, o município está sujeito aos seguintes limites:

- “O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior.”; e
- “O montante da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes de impostos municipais, das participações dos municípios no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º1 do artigo 19º, da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.”

Nos termos do disposto no art.º 66.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012) os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo para cada município em 2012, são apurados do seguinte modo:

1. “O valor do endividamento líquido de cada município em 31 de dezembro de 2012, calculado nos termos da lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro e 3-B/2010, de 28 de abril, não pode ser superior ao observado em 31 de dezembro do ano anterior;



2. No ano de 2012, e sem prejuízo do disposto no n.º 7 do presente artigo e no artigo 39.º, n.º 1 a 5 e 7, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, e 3-B/2010, de 28 de abril, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município.”

Assim, o município de Vila Velha de Ródão apresenta a seguinte situação face ao endividamento:

Endividamento	Limites		Execução		Desvio
	Descrição	Valor*	Descrição	Em 31-12-2012	
Endividamento de curto prazo	10% das receitas dos impostos municipais, fundos municipais do OE, derrama, participação nos resultados do SEL, relativas ao ano anterior (art.º 39.º LFL)	501.406,65	Capital em dívida de curto prazo a considerar	0	501.406,65
Endividamento de médio e longo prazo	Art.º 66.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE 2012)	1.705.202,23	Capital em dívida de M/L a considerar	998.156,56	707.045,67
	Rateio do endividamento de médio e longo prazo Art.º 66.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (LOE 2012)	458.065,00			
Endividamento Líquido	Art.º 66.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE 2012)	126.450,25	Endividamento líquido a considerar	0,00	126.450,25

*Valores indicados pela DGAL

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido apurado em 2012 foi de **€ 733.652,20**. Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, seja distribuído da seguinte forma:

- Resultados transitados.....€ 733.652,20;
- Reservas legais€ 366.826,10;
- Património.....€ 366.826,10.

ⁱ Documento escrito de acordo com o novo acordo ortográfico.